

# **Amor Um Real Por Minuto**

**A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano**

*por*

**Professora Dra. Ana Paula da Silva (USP)**

**Professor Dr. Thaddeus Gregory Blanchette (UFRJ/UNISUAM)**

*Colaboradores:*

Professor Dr. Felix Garcia

Monique Abreu

## Definindo o problema

Tradicionalmente no Brasil, a prostituição tem sido entendida como fenômeno semicriminoso. Se não crime em si, é certamente visto como uma questão de ordem pública, cuja análise, ordenação e (ocasional) repressão cabem propriamente às autoridades instituídas do Estado. Em geral, essas são oriundas de dois campos políticos/científicos: o jurídico (composto de policiais, juízes e criminologistas) e o médico, particularmente a área da saúde pública. A preocupação principal desses agentes tem sido limitar os supostos contágios do “vício” do sexo comercial para que estes não infectassem a família idealizada e, assim, enfraquecer a nação (Blanchette e DaSilva, 2008; Caulfield, 2000; Leite, 1983; Meade, 1991; Rago, 2008; Schettini, 2006; Vainfas 1985). Aos olhos dessas autoridades, a prostituição era ora vista como ameaça a ser reprimida, ora como inevitabilidade cujos efeitos nocivos somente poderiam ser limitados. De qualquer maneira, quase nunca era entendida como uma atividade econômica.<sup>1</sup>

O segundo eixo tradicional de análise da prostituição no Brasil diz respeito aos valores morais. Enquanto as várias igrejas do Brasil têm visto a prostituta (e é quase sempre *a* prostituta) como pecadora, vários agentes morais não-religiosos têm a situado como mulher *vulnerável* ou até *escravizada*. Se os religiosos conservadores entendem a prostituta como uma vagabunda que precisa ser controlada ou reformada os seculares tendem a percebê-la (nas palavras de DaMatta, 1990: 199) como “uma fodida” que precisa ser salva<sup>2</sup>. Como temos comentado em outro lugar (Blanchette e DaSilva, 2008: 26), o que ambas essas visões têm em comum é uma condenação moral *a priori* da prostituição como atividade essencialmente degradante que há de ser combatida. Ambas as visões morais seculares e religiosas negam a racionalidade econômica como motivação primária da decisão do indivíduo de se prostituir, situando esta pessoa ou como moralmente falida, ou como alguém cuja vontade tem sido completamente subsumida pela de terceiros. Jezebel ou escrava, porém, a prostituta faz o que faz, de acordo com esses agentes morais, por que *precisa* e não porque *quer* e muito menos porque tal atividade pode ser economicamente racional.

---

<sup>1</sup> Porém, veja a análise de Leite (1983) sobre a chamada “República do Mangue” como um raro exemplo contrário.

<sup>2</sup> Para um exemplo típico do discurso cristão hegemônico sobre a prostituição, veja Flynn (2008). Outro exemplo do discurso típico secular (neste caso feminista e conservador) veja o manifesto “O Cruel Negócio da Prostituição”, escrito pela Sempre Viva Organização Feminista.

**Coluna Lateral #1**  
**Terminologia e Conceitos**

Pelos fins do presente trabalho, *prostituta* quer dizer indivíduo que vende serviços sexuais efêmeros e descomprometidos em troca de uma quantidade de dinheiro ou de outros bens materiais, previamente estipulada (Gaspar, 1984: 11). A *prostituição*, neste sentido, pode ser idealizada como tipo (no sentido do *tipo ideal*, como estabelecido por Max Weber (1964 [1913]:110) de relação sexual regida por uma lógica comercial imediatista e não recíproca – a reciprocidade concebida aqui, seguindo Mauss (1990 [1924], como um sistema total e aberto de prestações. Em outras palavras, a prostituta, como idealizada aqui, vende o serviço sexual em troca de um retorno material imediato e sua relação com o consumidor deste serviço (o *cliente*) acaba imediatamente após da conclusão do serviço. Neste trabalho, ignoramos outros tipos de prostituição como, por exemplo, àquela classificada por Adriana Piscitelli (2004) como “middle class sex tourism” e por nós classificados como “amores estratégicos”, em que pessoas entram em relações aparentemente recíprocas, sem previamente estabelecer preços por serviços sexuais, mais cujo objetivo principal é econômico. No presente trabalho, limitamos nossa análise a prostituição heterossexual onde os provedores sexuais se consideram e são consideradas pelos clientes como mulheres natas.

O *serviço sexual* é entendido como qualquer ato sexual cujo objetivo é a produção de satisfação sexual no cliente. Por fins do presente trabalho, os serviços sexuais são entendidos como sexo anal, oral e vaginal e à masturbação quando esta é feita ou ajudada pela prostituta e, é claro, à construção de fantasias sexuais.

Por *zona* queremos dizer uma região moral (PARK: 1984 [1925]: 45-48) onde a presença das prostitutas é amplamente reconhecida pela sociedade e onde tem uma concentração relativamente grande de locais de prostituição. É importante notar que nem todo local de prostituição levantado por nós faz parte de uma zona.

Finalmente, nosso uso dos termos *garota de programa* e *puta* é estritamente êmico, sendo esses as atribuições mais usadas por prostitutas para referir a si mesmo e a outras prostitutas (pelo menos no Rio e São Paulo). *Fazer programa* é outro termo êmico e significa engajar-se num ato de prostituição. O termo *trabalhadora sexual* não é utilizado, nem por nossas informantes e nem pelos clientes e outros indivíduos com quem interagem. Portanto, evitamos seu uso no presente trabalho.

Interessante, então, refletir que, quando se pergunta às pessoas porque elas se engajam na prostituição, a resposta é quase única e unânime. Nas palavras de uma de nossas informantes anglofalantes: “It’s the money, honey. É tudo por dinheiro. O que você acha?”

Afirmar que a motivação principal da prostituição é econômica não é negar que outros fatores estão envolvidos na decisão de vender sexo. Porém, como Maria Dulce Gaspar (1984) comenta, toda prostituta tem uma história triste para explicar porque resolveu entrar no ramo. O grande estigma do trabalho sexual tem que ser sempre levado em conta no momento em que tais histórias aparecem, particularmente quando o interlocutor da prostituta é um indivíduo com fortes ressalvas morais e/ou políticas sobre a questão, pois tais histórias funcionam para afastar o estigma da pessoa da prostituta. Nas palavras da Gaspar (1984), nestes momentos, a mulher pode se apresentar como uma personagem fraca, que por força do destino encontra-se na prostituição e necessita de proteção ou auxílio econômico:

O relato enfatiza a posição inferior da mulher e a situação conjuntural de extrema fraqueza que obriga a sua dedicação à prostituição, atividade que ela repudia (...) Uma informante [de Gaspar], Luísa, é bastante explícita sobre esse procedimento. Para ela, existe um modo de entrar em interação com o cliente e uma fórmula de pedir o pagamento: “Você conta uma história bem triste (...)”

Não quero com isso afirmar que algumas mulheres não tenham sido induzidas ou mesmo forçadas (...) a se dedicarem à prostituição, mas sim que sua própria história de vida ou uma outra construída dramaticamente tornou-se um elemento fundamental na interação com o cliente... (Gaspar, 1984: 93-94)

E, podemos acrescentar, que tais histórias dramáticas também são elementos fundamentais na interação de prostitutas com *ongueiros* e membros de grupos religiosos que visam “salvar” a prostituta, com policiais e outros agentes repressivos e, é claro, com cientistas sociais. É importante salientar, neste contexto, que mesmo naqueles casos onde nossas informantes têm relatado outros fatores que poderiam ter as empurrado para a prostituição, sempre salientaram também a lógica econômica que as mantinham no trabalho sexual. Como várias de nossas informantes têm nos dito “Onde é que eu poderia arranjar outro emprego que me pague tanto quanto esse?” Os fatos econômicos da prostituição parecem sempre e primordialmente nos discursos nas prostitutas, mas sobre estes os cientistas sociais têm muito pouco a dizer. O presente trabalho, então, é uma tentativa inicial de

colocar no papel algumas de nossas descobertas sobre as características econômicas do trabalho sexual em nosso país.

Os dados apresentados abaixo vêm de mais de cinco anos de pesquisa antropológica entre prostitutas e clientes no Rio de Janeiro. Inicialmente, nosso trabalho focalizava-se na orla da Copacabana – seguramente a *zona* mais notória de todo o Brasil – e, particularmente, na interação entre prostitutas brasileiras e turistas estrangeiros. Todavia, nos últimos dezoito meses, temos aberto às nossas pesquisas para outras áreas da cidade e para prostituição que visa principalmente clientes brasileiros. Finalmente, nos últimos seis meses, temos aberto um novo campo de pesquisa em São Paulo e temos conduzido viagens de reconhecimento à Curitiba e Goiânia.

Pode-se dizer que nossa pesquisa é limitada por seu foco na prostituição nas áreas urbanas da região sul-sudeste do Brasil, justamente a área econômica e sócio-culturalmente privilegiada do país (veja-se a coluna lateral sobre “Metodologia” para mais detalhes). De fato, essa crítica tem certo cabimento e, nos próximos dois anos, pretendemos ampliar nossas investigações para a região norte-nordeste. Todavia, o nosso ver, a prostituição no eixo Rio-São Paulo pode ser considerada como normativa no caso brasileiro, em termos estatísticos e durkheimianas<sup>3</sup>, por uma série de razões.

Em primeiro lugar, os Estados de Rio de Janeiro e São Paulo concentram boa porção da população do Brasil (cerca de 30%, de acordo com o IBGE (Censo 2000) e certamente são hegemônicos em termos da definição da política e da cultura nacional. O que acontece nas grandes metrópoles desses dois estados, cedo ou tarde, aparece em todo o Brasil. Pelo outro lado da moeda, o que pode ser encontrado Brasil afora também se faz presente em Rio e São Paulo, dado sua atração como pólos migratórios.

---

<sup>3</sup>Emilé Durkheim define como sociologicamente “normativa” um fato social que é onipresente, encontrado “se não em todos os indivíduos [da mesma espécie social], pelo menos entre a maior parte deles”. É claro que “normal”, no sentido durkheimiano, não quer dizer “bom” e nem mesmo “aceitável” (Durkheim, 1978: 114).

## ***Coluna Lateral #2***

### ***Metodologia***

Nossos dados vêm de quatro fontes principais:

- 1) Um levantamento exaustivo dos principais *sites* públicos de cliente de prostituta na Internet, tanto na língua inglesa quanto na língua portuguesa. Lemos e analisamos perto de 50.000 relatórios de cliente, indo de 2000 a 2009, buscando dados referentes aos lugares visitados e os preços pagos para serviços sociais. Também fizemos um levantamento de cinco guias escritos em inglês e que orientam visitantes a cerca da prostituição no Brasil. Todos esses dados foram sistematizados num *dbase*. O nosso foco principal tem sido o International Sex Guide (inglês) e o GPGuia (português), mas também fizemos levantamentos no Fórum S.D. (português), o World Sex Guide (inglês) e o World Sex Archives (inglês). Finalmente, participamos na manutenção de uma fórum virtual para discussões com clientes de prostitutas nos *sites* International Sex Guide e World Sex Guide.
- 2) Trabalho de campo intensivo, estilo observação-participação, no Rio de Janeiro, incluindo visitas repetidas aos principais pontos de prostituição da cidade, a manutenção de diários de campo e a organização de mais de cem entrevistas, não sistematizadas, com trabalhadoras sexuais e seus clientes.
- 3) Entrevistas com e observação/participação entre as principais ONGs envolvidas com a prostituição na cidade de Rio de Janeiro, incluindo Davida, a Rede Brasileira das Prostitutas, TRAMA, IBISS, A Associação de Comerciantes da Vila Mimososa e ABRAPIA.
- 4) Viagens de reconhecimento à Curitiba, Goiânia, Porto Seguro e São Paulo, acoplado, no caso de São Paulo, com um levantamento inicial de dados via internet (veja #1, acima).

Em segundo lugar e na questão específica da prostituição, as cidades do Rio e São Paulo atraem trabalhadoras sexuais de todo o país, segundo nossas informantes. Também são, de longe, as cidades mais referenciadas nos discursos de clientes de prostitutas, captados por entrevistas e por pesquisa de Internet e, apesar da fama dos estados nordestinos, particularmente nos discursos de clientes estrangeiros. Um levantamento recente de dois dos *sites*<sup>4</sup> mais famosos que reúnem clientes anglófonos de prostitutas e turistas sexuais auto-assumidos situa Rio e São Paulo em primeiro e segundo lugar, respectivamente, como as cidades brasileiras mais discutidas. De um total de 60.165 mensagens postadas nos fóruns que tratam do Brasil nesses *sites*<sup>5</sup>, 34.303 (57%) referenciam o Rio e 5.427 (9%) São Paulo<sup>6</sup>. Isto em comparação com 2.301 (3,8%) mensagens para todo o nordeste brasileiro<sup>7</sup>. Da mesma maneira, o mais movimentado *site* de cliente da língua portuguesa<sup>8</sup> contabilizou 139.916 mensagens sobre São Paulo e 23.758 sobre o Rio, em comparação com um total de 20.032 mensagens sobre o nordeste.<sup>9</sup>

A nossa pesquisa de campo têm se concentrado principalmente na cidade do Rio de Janeiro e existem indicações<sup>10</sup> que há diferenças entre a prostituição naquela cidade e em São Paulo. Resumindo estas, as termas parecem ser muito mais populares como locais de prostituição no Rio do que em São Paulo enquanto na segunda cidade, boates ou clubes particulares aparecem com mais frequência nos relatórios de clientes e prostitutas. Os programas em São Paulo também tendem a ser mais ou menos 20% mais caros do que no Rio. Adicionalmente, embora exista uma grande concentração de estrangeiros que compram serviços sexuais em São Paulo, esses tendem a serem trabalhadores e homens de negócios que vivem na ou que estão de passagem pela cidade e não turistas, como é o caso da maioria dos estrangeiros consumidores de serviços sexuais no Rio. Finalmente,

---

<sup>4</sup> World Sex Guide (WSG) e International Sex Guide (ISG).

<sup>5</sup> 21.509 para o WSG e 42.199 para o ISG, no dia 14.07.2009.

<sup>6</sup> 16.397/17.966 para Rio no WSG/ISG e 702/4725 para São Paulo, no dia 14.07.2009.

<sup>7</sup> 442/1859 no WSG/ISG, o nordeste compreendendo os estados de Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Paraíba, Piauí, Alagoas e Ceará, no dia 14.07.2009.

<sup>8</sup> GPGuia.

<sup>9</sup> Levantamento feito no 8.7.2009. Os únicos estados nordestinos contemplados pelo GPGuia neste data foram Bahia (14.773 mensagens), Pernambuco (3.684 mensagens) e Ceará (1.575 mensagens). É mister neste contexto notar que o GPGuia é, primordialmente, uma criação paulista então favorece a cobertura dessa cidade. Todavia, desde 2004, sua cobertura expandiu para o resto do país e, portanto, ele pode ser considerado como um retrato mais ou menos fiel do turismo sexual interno no Brasil.

<sup>10</sup> Entrevista com Gabriela Leite, presidenta da Rede Brasileira das Prostitutas. Veja-se também os guias produzidos pelos clientes Bubba Boy e Bwana Dik (2007, 2009).

São Paulo tem passado recentemente por uma cruzada moral e política contra as casas públicas de prostituição, fato que pode ter aumentado o número de mulheres que trabalham com as agências de *call girls* e na prostituição de rua. Estamos investigando ativamente todas essas diferenças e esperamos ter um relatório preliminar sobre a situação do trabalho sexual na cidade em algum momento do ano que vem. Todavia, acreditamos que as diferenças acima citadas são de natureza quantitativa e não qualitativa em termos da descrição das coordenadas econômicas básicas da prostituição no Brasil. Acreditamos que, largo senso, o grosso das afirmações que fazemos abaixo sobre a economia da prostituição no Rio também são relevantes, grosso modo, à situação paulista e que são bastante normativas no cenário brasileiro como todo.

Antes de prosseguir, porém, é mister salientar o fato que a prostituição, num país de dimensões continentais como o Brasil, é um negócio incrivelmente diverso. Neste sentido, então, as informações que seguem abaixo devem ser entendidas como uma descrição idealizada de somente uma parte do grande quebra cabeça que é a economia do trabalho sexual. É a nossa esperança que essa breve apresentação possa abrir a porta para estudos semelhantes de outras formas de prostituição em outras partes do Brasil, criando, assim, a possibilidade para um verdadeiro diagnóstico comparativo do fenômeno como atividade econômica em nosso país.

### ***A situação macro-econômica da mulher urbana no Brasil***

A conexão entre processos econômicos e formas de organização do trabalho, ou entre aqueles e a estrutura de classes, ou, ainda, entre desenvolvimento e estrutura familiar ou etária costumam ser, ao lado de muitas outras conexões causais, associadas e teorizadas entre si sem maiores questionamentos. Para muitos, o elo entre gênero e o trabalho não é claro e mesmo os que vêem alguma ligação entre ambos têm dificuldades em articular exatamente qual a natureza da relação que mantêm. Mas antes de tudo, a prostituição heterossexual de mulheres é uma forma de trabalho com grandes articulações ao gênero e, portanto, só faz sentido em termos econômicos quando é situada frente à situação de trabalho feminizado em geral.



Em sua acepção antropológica (vide Butler, 2003), *gênero* quer dizer a forma como se manifesta social e culturalmente a identidade sexual. Frise-se que isto não é o mesmo fenômeno que o *sexo biológico*. O conceito de gênero abrange tanto a questão de orientação sexual quanto a questão de identidades baseadas no comportamento sexual, além de vários outros fatores.

Inquestionavelmente, houve uma melhoria considerável nos marcadores sócio-econômicos das desigualdades entre homens e mulheres no Brasil durante as últimas décadas (vide Alves e Correa, 2009 por uma discussão mais detalhada desta questão). Todavia, o gênero continua a ser uma variável bastante significativa na definição de quem pode trabalhar, onde e em quais profissões. Também continua a impactar em qual forma a remuneração para o trabalho deve ser recebida e como a renda familiar deve ser (re)distribuída entre seus integrantes. O papel do gênero nessas questões é tão crucial que um intelectual como Frederick Engels, em sua obra clássica *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, qualificou o gênero como a base do “primeiro antagonismo de classe que aparece na história”, ressaltando que “a primeira opressão de classe foi da fêmea pelo macho” (Engels, 1986: 502-503).

As palavras de Engels não são retóricas; elas exprimem uma realidade que causa impactos significativos nas escolhas econômicas protagonizadas por mulheres em nossa sociedade. Dos três indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – educação, longevidade e renda – a população feminina do Brasil demonstra paridade e até superioridade com a masculina nas primeiras duas categorias, mas está em desvantagem significativa na terceira. Embora existam cada vez mais mulheres no mercado de trabalho, observa-se uma concentração da atividade feminina nos segmentos menos organizados do mercado de trabalho, com maior recorrência de contratos informais e menor filiação sindical (Alves e Correa, 2009: 24-35). Um resultado dessa organização da mão de obra feminina, de acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é que os homens brasileiros continuam recebendo 40% a mais pelo seu trabalho que as mulheres<sup>11</sup>:

---

<sup>11</sup> Recentes pesquisas por Oliveira e Guimarães (2009) indicam que essa diferença tem diminuído no período entre 2001 e 2007. Todavia, de acordo com Alves e Correa (2009: 23), em 2006 as mulheres brasileiras continuavam a ganhar rendimentos significativamente menores que os homens,

É importante assinalar que esta diferença salarial [entre homens e mulheres], que reluta em diminuir, é uma das explicações significativas da desigualdade de renda do país. Esta diferença é deve-se, claro, à discriminação, não ao pior desempenho profissional das mulheres. Por último, este hiato é maior nos domicílios chefiados por mulheres. A proporção de mulheres chefes de família tem crescido no Brasil e isso provavelmente tem um forte impacto no aumento da pobreza e da exclusão social. (Melo, CEPAL/SPM 2005: 42)

Nos últimos anos do século XX, 74% da população feminina economicamente ativa no Brasil estava restrita ao setor de serviços (UNDP, 1996; MTE/RAIS 2000 e 2001). De acordo com a recente análise de Alves e Correa (2009: 20), no início do atual século, a presença das mulheres continuava ser baixa entre as posições mais bem remuneradas da economia. De acordo com o IBGE, embora as mulheres representem 45% da população economicamente ativa do país, sua renda é, em média, menos que 70% dos trabalhadores masculinos. Trabalhos domésticos – muitas vezes sem carteira assinada – continuam a ser o setor econômico (depois do setor agrícola) que mais emprega mulheres no Brasil (19%-20% do total das trabalhadoras brasileiras versus menos que 1% dos trabalhadores. Alves e Correa, 2009:24; CEPAL/SPM, 2005; IBGE/PNAD 2004; CEDAW 2003).

Ademais, de acordo com H. Melo, somente 44% da população feminina do Brasil era economicamente ativa nos últimos anos do século XX (comparado com 70% para os homens). Dos 56% de mulheres inativas, mais da metade (55%) eram donas-de-casa (casadas, viúvas, divorciadas) e aposentadas. Essas, com exceção das proprietárias de bens, viviam dos rendimentos do marido ou dos filhos ou de pensões. Portanto, seu bem-estar econômico era determinado por transferências de rendas de outros membros da família, o que as coloca em situação de relativa penúria e instabilidade econômica (Melo, 2005)<sup>12</sup>.

A representação desproporcional das mulheres entre as camadas mais miseráveis da população brasileira dificilmente pode ser considerada como resultado de falta de oportunidades conferida por baixa escolaridade ou por condições de saúde. Em geral, as brasileiras são majoritárias na educação secundária e terciária (52% e 56% de todos os alunos, respectivamente; CEPIA,

---

variando de 83,5% na região Nordeste do país a 66% na região Sudeste (foco principal de nossa pesquisa).

<sup>12</sup> No início do século XXI, esse hiato entre os homens e mulheres economicamente ativas diminuiu, de acordo com Alves e Correa (2009: 19), com 52,4% da população feminina brasileira sendo economicamente ativa em 2007 versus 72,8% da população masculina.

2007) e tendo em 2007, em média, 0,4 anos mais de escolarização formal do que os homens (Alves e Correa, 2009: 12). Sua expectativa de vida é, de fato, oito anos maior que a dos homens (75 versus 67 anos; CEPIA, 2007). O que pesa na construção da miséria feminina brasileira, então, não é mais a educação ou a saúde mas a maneira como o trabalho das mulheres é organizado e (des)valorizado.

Como Friedrich Engels observou cento e vinte cinco anos atrás, com o nascimento do capitalismo, o trabalho doméstico, tradicionalmente a responsabilidade da mulher, perdeu seu caráter social, sendo assim naturalizado como uma atividade não produtiva.

No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo - embora apenas para a proletária - o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso que acontece à mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais. (Engels, 1982 [1884]: 21-22).

Desde o momento em que Engels escreveu essas palavras, a situação tem mudado para a melhor em termos da emancipação feminina. Porém, de acordo com a SPM, é preciso assinalar que a “nova mulher” brasileira, fruto das últimas três décadas de lutas feministas, ainda mantém uma interdependência entre sua vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino:

O avanço da industrialização e do seu corolário – a urbanização – separaram a mulher e sua família da esfera produtiva, tornando-a mera dona-de-casa. Esta é uma figura criada pela sociedade moderna, que deslocou as mulheres das antigas funções econômicas exercidas pelas famílias. A dimensão subordinada a que o gênero feminino se encontra, no exercício da ‘economia doméstica’ é que, no plano simbólico, os afazeres domésticos se caracterizam como trabalho complementar, acessório, de ajuda. O paradigma da “naturalidade” da divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, com um ônus alto pelo conjunto das

funções reprodutivas. Mesmo o aumento de sua participação no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família e tampouco gerou, ainda, uma ruptura total na estrutura patriarcal da família. (CEPAL/SPM, 2005: 4)

O recente trabalho de Alves e Correa, embora salientando os avanços significativos das mulheres brasileiras em recentes décadas, também destaca as diferenças estruturais na organização sexualizada do trabalho (re)produtivo no como fonte da reprodução das desigualdades socioeconômicas de gênero no Brasil:

Embora a população economicamente ativa (PEA) feminina tenha crescido mais rapidamente do que a masculina, o desemprego feminino se mantém mais elevado do que o masculino desde a década de 1980. Este fato ocorre, evidentemente, porque a oferta de trabalho feminino aumenta a um ritmo superior ao aumento da demanda. Dentre as explicações para o maior desemprego feminino, três merecem destaque:

a) Um dos fatores que contribui para o desequilíbrio entre oferta e demanda é a segregação ocupacional que torna o leque de profissões femininas é mais estreito do que o leque ocupacional masculino. Assim, ao oferecer mais opções para os homens, o mercado atingiria um equilíbrio em um nível mais baixo de desemprego masculino, enquanto a disputa pelas poucas ofertas de emprego feminino torna o desemprego das mulheres um fenômeno mais freqüente;

b) A divisão sexual do trabalho que incumbe preferencialmente às mulheres as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos e os idosos no domicílio torna mais difícil a compatibilidade entre o emprego fora do local de residência e os afazeres domésticos. Enquanto o homem pode optar por um emprego que o afaste a maior parte do dia (ou da semana) da rotina familiar, a mulher precisa, em geral, conciliar trabalho e família e suas opções são mais limitadas;

c) As mulheres, comumente, são mais vulneráveis à falta de segurança pública e de segurança no trabalho. A menor força física e os padrões culturais sexistas da sociedade dificultam a entrada da mulher em algumas ocupações consideradas inseguras ou exercidas em horário incompatíveis com o cuidado familiar (p. ex. vigia e segurança noturnos). (Alves e Correa, 2009: 28-29).

Em outras palavras, embora hoje existam maiores oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho, a ascensão profissional dessas ainda se encontra atrelada à esfera doméstica. A tarefa de criar a próxima geração e de reproduzir as condições de trabalho da família através da manutenção doméstica continua a ser, em grande medida, uma responsabilidade feminina e, pior, um trabalho não pago, cuja natureza como trabalho não é nunca explicitada.

Olhando para o Rio de Janeiro, por exemplo, encontramos claras indicações de como essa organização desigual do trabalho doméstico acaba impedindo o

acesso das mulheres às carreiras profissionais, restringindo suas oportunidades de gerar renda. De acordo com pesquisa recente de Maria Salet Ferreira Novellino, do IBGE, a família nuclear – composta por mãe, pai e filhos - está deixando de ser a referência entre o quintil inferior de rendimento no estado do Rio de Janeiro, com 41,66% das famílias pobres do estado sendo chefiadas por uma mulher sem cônjuge<sup>13</sup>. Ademais, somente 45% dessas mulheres são empregadas, em comparação com 73% dos homens chefes de família (NOVELLINO, 2002).

A desindustrialização do Rio de Janeiro, acoplada com a crescente feminização da pobreza, têm criado uma situação em que grandes contingentes de mulheres cariocas buscam uma inserção em um mercado de trabalho cujas exigências de qualificação são cada vez maiores, além de operar em um ambiente cada vez mais desregulamentado, com forte volatilidade e rotatividade da mão-de-obra. Essas mulheres freqüentemente não se apresentam frente às demandas do mercado como seres econômicos individualizados, livres de quaisquer outras responsabilidades. Muito pelo contrário, na maioria dos casos continuam sendo responsáveis para os trabalhos domésticos, não pagos, que possibilitam a reprodução sócio-econômica de suas famílias.

Este dilema mostra sua face todos os dias nas salas de aula dos cursos de graduação universitária da faculdade particular onde trabalhamos que, aparentemente, reproduz situação comum em outras universidades fluminenses. Embora a maior parte do corpo discente da nossa escola seja composta por mulheres, qualquer pesquisa entre essas revelará que a maioria é sujeita não a uma jornada dupla, mas uma jornada *tripla*, que se reparte em atividades da escola, do trabalho e das responsabilidades domésticas. A gravidez – desejada ou não – afasta várias de nossas alunas de seus estudos por tempo indeterminado, que costuma ser prolongado por conta da necessidade de cuidar da criança. É um aspecto sintomático desta atribuição de papel o fato de uma proporção significativa de nossas alunas ser composta por mulheres maduras, que estão voltando aos estudos após vários anos dedicados ao trabalho doméstico, em muitos casos após o divórcio ou morte de seu cônjuge.

Por causa da constante divisão de responsabilidades entre esferas domésticas e profissionais, a participação de muitas mulheres no mercado de trabalho é

---

<sup>13</sup> Já o número de famílias chefiadas por um homem sem cônjuge chega a apenas 4% nessa população.

esporádica e fragmentada, freqüentemente se resumindo numa série de subempregos temporários. Não pode ser considerada como constitutiva de uma carreira no sentido sociológico atribuído a essa palavra pela Escola de Chicago, ou seja, como uma série de posições de status e de ofícios claramente definidos, com seqüências típicas de posição, sucesso e responsabilidade, um movimento integrante através do qual o indivíduo vislumbra a totalidade de sua vida e interpreta os significados de seus atributos, ações e acontecimentos (Hall, 1948: 327; Becker e Strauss, 1956: 253-255).

É nesse quadro macroeconômico que a prostituição surge como opção econômica. Colocando de forma bem simples, a prostituição oferece iguais ou até melhores condições de trabalho, por um “salário” bem maior, do que quase qualquer outro tipo de trabalho constitutivo do gueto dos subempregos femininos. O dinheiro é maior, o horário mais flexível e as violações dos direitos das trabalhadoras não são piores do que em qualquer outra profissão feminina no universo urbano, segundo nossas informantes.

***“Não deixo de ser puta para virar caixista de supermercado”: prostituição como opção de trabalho***

Embora acreditamos que devam existir mulheres que são forçadas a entrar na atividade da prostituição contra sua vontade, até agora, não encontramos nenhuma em nosso trabalho de campo. Porque, então, entram e continuam no ramo? Em geral, tem uma razão predominante: frente às outras opções de trabalho, a prostituição é vista como maneira mais eficaz de garantir a essas mulheres uma verba suficiente não só para sobreviver, mas para ensaiar uma ascensão sócio-econômica. Neste contexto, é importante notar que todas nossas informantes reportam ter acesso a outras oportunidades de emprego e muitas têm trabalhado com carteira assinada. Contudo, a maioria exercia ocupações que pagam por volta de um salário mínimo<sup>14</sup> por uma jornada de mais que 40 horas semanais. Neste contexto, é mister salientar que ainda não temos encontrado nenhum caso de mulher que ganhe menos que um salário mínimo com jornada semelhante na venda

---

<sup>14</sup> O salário mínimo no Estado do Rio de Janeiro em 7.2009 era R\$ 512,67. De acordo com o IBGE, a renda mensal média da trabalhadora feminina sem carteira assinada na região sudeste do Brasil era R\$ 334 em 1997.

de serviços sexuais, mesmo nos lugares onde o trabalho sexual é mais desvalorizado.

Em conversas com prostitutas, três trabalhos femininos emblemáticos foram quase sempre citados pelas mulheres e logo descartados como possíveis saídas da prostituição. Essas são (em ordem crescente de frequência): trabalhos domésticos, a manutenção de uma casa como esposa e trabalho como caixista de supermercado. Esses trabalhos são sempre descritos como disponíveis, mas são desvalorizados, com a prostituição sendo descrita como uma atividade bem mais lucrativa e até menos desagradável. É bastante comum ouvir agentes políticos engajados na luta contra a prostituição opinar que “a educação e a profissionalização das meninas são a solução”. Todavia, é mister notar que a tão almejada “profissionalização” teria que criar uma verdadeira mudança de status socioeconômica, pois o que a maioria de nossas informantes dizem que teriam que ter para largar a profissão, é um salário equivalente aquele que ganha na venda dos serviços sexuais. Isto é dificilmente encontrado no mundo dos empregos tradicionalmente femininos. Como várias mulheres nos informaram, “Não deixo de ser puta para ser caixista de supermercado. Imagina trabalhar por 50 horas por semana e ganhar um salário mínimo!”

Na prática, a grande maioria das prostitutas não parece viver muito melhor que as desprezadas donas de casa e caixistas de supermercado e, de fato, o casamento é uma das principais saídas da prostituição, de acordo com nossas informantes. Todavia, muitas mulheres salientam que as grandes vantagens da prostituição são sua flexibilidade em termos de jornada de trabalho e (entre as mais jovens) a possibilidade – remota, mas sempre presente – de ganhar muito dinheiro com clientes estáveis e/ou ricos. É a nossa hipótese, então, que uma das motivações principais atrás da prostituição é *ambição* e não a estrita *necessidade*. Entre todos os ofícios tipicamente femininos no mercado de trabalho da cidade, somente a prostituição e o casamento oferecem uma chance para alcançar a ascensão social, e neste sentido, a prostituição tem distinta vantagem: não atrela o futuro da mulher com um indivíduo qualquer.

De fato, embora muitas prostitutas estivessem ou já foram casadas ou procuram se casar, o casamento em si é quase nunca entendido entre nossas informantes como, necessariamente, uma saída da prostituição. Em geral, existe

uma grande desconfiança da capacidade do homem sustentar uma mulher. Nas palavras de *Wilma*<sup>15</sup>, mulher de 35 anos de idade que trabalha numa boate em Copacabana: “Homem promete muita coisa, mas geralmente não consegue cumprir suas promessas.”

Pior: quando você casa com um homem, aí sim ele se acha seu dono. O que eu faço aqui na rua não é nadinha diferente daquilo que fazia em casa, quando era casada. Ou você acha que trepava com meu marido todos os dias porque morria de tesão e amores por ele? Não senhor! Era um trabalho, igual a esse aqui. Minto: era um *dever*. E você não ganha nada por um dever. Aqui sou pago por aquilo que faço, pelo menos. Meu marido nunca me pagou. Aliás, era eu que vivia dando dinheiro para ele.

Mesmo nos casos onde o relacionamento com o marido é mais harmonioso, porém, existe um reconhecimento do fato de que, no atual mercado de trabalho, um salário dificilmente sustenta uma família inteira. Como dizia *Dara*, prostituta de 40 anos de idade, atuante na prostituição de Rua na Praça da República no Rio de Janeiro, “Meu marido não consegue cobrar as despesas da casa sozinho.”

Ele se rala, mas ganha o salário mínimo. O que fazer, então? Já são passados os dias em que o homem ganhava suficiente para a mulher ficar em casa, cuidando da criança. Talvez era assim nos dias da minha avó, mas hoje em dia todo mundo tem que ralar. Pelo menos [trabalhando] assim, eu ganho suficiente para ajudar lá em casa e ainda sobra tempo para cuidar da minha filha. Venho p’ra cá [a Praça da República] na sexta a noite, deixando *Nina* [sua filha] em casa com *Beto* [seu marido]. Aí, trabalho até que ganho uns 150-200 reais e volto, geralmente no domingo de manhã. Fico, então, o resto da semana em casa enquanto *Beto* trabalha. Ele sabe o que faço e sabe que não é por amor, nem sacanagem. Já falei p’ra ele: “Eu paro a hora que você quiser, mas é bom você puder, então, levar toda essa cambada nas costas, porque não vou achar outro trabalho que pague tanto quanto esse e que me deixe ficar em casa seis dias por semana.

Para *Dara*, então, a prostituição – longe de ser uma ameaça para a família – virou a única maneira em que ela podia reproduzir adequadamente a vida doméstica. Várias das nossas informantes casadas têm oferecido afirmações semelhantes. Como dizia *Janice*, mulher de 25 anos, também operante na Praça da República, “Ser esposa e mãe de família, meu bem? A única maneira que posso fazer isto é sendo puta. Você acha que poderia cuidar bem dos meus filhos e meu marido sendo caixista de supermercado? Mas nem fudendo! Aliás, é isto mesmo: só fudendo.”

É mister notar neste contexto que mesmo trabalhos mais bem posicionados em termos de remuneração muitas vezes também perdem em termos econômicos

---

<sup>15</sup> Todos os nomes das nossas informantes foram mudados para proteger seu anonimato.



para a prostituição. Janice e Wilma trabalham a base de programas de um real por minuto e tipicamente ganham 20 reais por programa, sendo que 25 programas – ou pouco mais que 8 horas de trabalho sexual – rendem o equivalente a um salário mínimo. *Vânia*, porém, tem 31 anos de idade – 9 anos de prostituição – e trabalha no centro do Rio nas termas *Dado de Quatro*<sup>16</sup>. Ela deixou carreira de corretora de imóveis para virar prostituta:

Meu antigo trabalho pagava bem, quando o dinheiro entrava. As vezes ganhava até dois mil reais por mês. Mas tinha períodos em que nada – absolutamente nada – entrava. Aí, uma amiga me falou sobre o disco *Help* em Copa. Lá, eu ganhava 200 reais por programa – que me ajudava p'ra cacete – e ainda poderia trabalhar como corretora, mas não gostava porque eu tinha que voltar para o hotel do cliente e nunca se sabe ... [i.e. o cliente poderia ser violenta ou recusar pagar]. Então, fui oferecida um emprego na termas *Unicórnio*. Lá, eu só ganhava 160 por programa e tinha que trabalhar todos os dias, mas era bem mais seguro. Três anos mais tarde eu veio p'ra cá, pois me briguei com o dono da termas. Agora estou pensando em largar a sacanagem e voltar a ser uma corretora, pois já estou ficando velha demais para ser puta. Só que essa vez, já tenho meu apartamento e carro, tudinho pago pela putaria. Agora, com base seguro, posso agüentar firme e forte as épocas de vacas magras.

*Vânia* também cogitava escrever um livro recontando sua vida como trabalhadora sexual nas termas do Rio.

O depoimento de *Vânia* é particularmente rico, pois nos oferece uma série de informações sobre a lógica econômica da prostituição e até de sua configuração como carreira. Formada com educação universitária e trabalhando numa profissão classe média, *Vânia* inicialmente visava o trabalho sexual *freelance* na discoteca *Help* como uma maneira de superar as crises financeiras periódicas criadas pela natureza economicamente incerta do ramo imobiliário. Ela largou a disco e sua carreira como corretora, porém, para trabalhar numa termas, ganhando menos por programa mas também lucrando com mais segurança. *Vânia* descreve sua saída do *Unicórnio* como resultado de uma briga com seu chefe, mas é importante salientar que a termas referida é o mais cara do Rio de Janeiro e emprega somente mulheres bastante jovens. Neste contexto, é bem capaz que os desentendimentos entre nossa informante e seu chefe tinham a ver com sua idade, que era bem avançada pelos padrões da termas. *Vânia*, então, deixou o *Unicórnio* para trabalhar no menos

---

<sup>16</sup> Quase todos os nomes e endereços específicos de pontos de prostituição foram mudados para proteger o anonimato desses lugares. Existem duas exceções a essa regra: a discoteca *Help* e a Vila *Mímica*, que são tão bem conhecidos como lugares de prostituição e tão *sui generis* no mundo do sexo comercial do Rio de Janeiro que qualquer tentativa de esconder suas identidades seria malograda.

exclusivo Dado de Quatro e agora estava se classificando como “velha demais” para trabalhar naquele local também.

A carreira de Vânia, então, seguia o rumo de *carreira decadente*, descrito por Paul G. Cressy na obra clássica da antropologia urbana *The Taxi Dance Hall* (2008 [1932]). De acordo com esse autor, nos ramos ocupacionais que prezam a beleza, a idade tende a exercer uma pressão decadente na carreira da trabalhadora individual. Sendo mais velha num lugar cheia de moças jovens, o indivíduo vai ter que se esforçar cada vez mais para conseguir clientes. Existem duas soluções para este dilema: sair do ramo ou mudar-se para lugar menos exclusivo para conquistar uma posição mais competitiva com relação às outras trabalhadoras. Cressy afirmava que o resultado final desse processo era a “redução” da dançarina do taxi dancehall (presumivelmente branca) às casas mais baratas frequentadas por chineses e negros. No contexto da prostituição carioca, podemos imaginar tal processo desembocando, mais cedo ou mais tarde, nos pontos de rua em torno do Central do Brasil, lugar de prostituição unanimemente indicado, por mulheres e clientes, como o mais barato e perigoso do Rio de Janeiro. Em vez de seguir carreira adiante, porém, Vânia visava “recolher suas cartas da mesa” e voltar a sua antiga profissão de corretora, essa vez financeiramente reforçada pelos bens conquistados durante sua carreira como trabalhadora sexual.

Nem o casamento, nem outros empregos, então, podem substituir, necessariamente, a prostituição como meio de ganhar a vida. O caso de Vânia é um caso raro em que uma informante relatou ter deixado um emprego relativamente bem pago para trabalhar no ramo do sexo comercializado. Todavia, é mister salientar, neste contexto, que *todas* nossas informantes, sem exceção, deixaram outros empregos para a venda dos serviços sexuais (ou, em alguns casos, ainda combinam a prostituição com outras formas de trabalho). Sentimos, então, seguros em dizer que é raro alguém entrar no ramo porque não tem acesso a outras formas de trabalho.

A moda recente, entre certos pesquisadores da prostituição, tem sido denunciar a noção de que a decisão de se prostituir poderia ser considerada como “livre”, dado as limitações estruturais impostas no trabalho feminino por um sistema sócio-econômico patriarcal e capitalista. Julia O’Connell Davidson articula bem essa posição quando ela observa que é “a compulsão econômica que

impulsiona [mulheres] para o trabalho sexual,” sendo que mesmo nos Estados Unidos, país cujo PIB per capita é sensivelmente maior que o do Brasil, “muitas mulheres e meninas ‘escolhem’ se prostituir em vez de entrar nos 35% da população feminina, economicamente ativa, que ganha um salário miserável”. De acordo com O’Connell Davidson, escolher entre a venda do sexo e o trabalho como empregada doméstica, ganhando um salário mínimo, não pode ser qualificado como uma escolha de verdade:

Descrever tais indivíduos como exercendo seus direitos de auto-soberania é tão ridículo quanto dizer que a prostituição representa uma violação de sua dignidade. Não existe dignidade alguma na pobreza, que nega a verdadeira agência à pessoa.(O’Connell-Davidson, 2002: 94).<sup>17</sup>

O’Connell Davidson pretende criticar a posição hegemônica feminista norte-americana que, em suas palavras, “nega a possibilidade de apoiar os direitos daquelas pessoas que trabalham na prostituição, mas que ainda permanece crítico das desigualdades sociais e econômicas que subscrevem as relações de mercado em geral e a prostituição em partícula” (Ibid, 85). Todavia, tal posicionamento implica duas grandes pressuposições morais e teóricas que dificultam o estudo sócio-científico da prostituição.

Em primeiro lugar, o posicionamento “estruturalista” de O’Connell Davidson constrói uma situação ideal e utópica (a “igualdade”), nunca encontrada em relações sociais vividas entre seres humanos reais (pelo menos em sociedades de grande escala), para criticar a situação empírica (a “desigualdade”) dentro do qual a prostituição funciona. Assim, a autora viola uma das regras principais da investigação sócio-científica traçada por Emilé Durkheim, pois retrata os fatos sociais não como coisas a serem observadas, mas como construções morais que devem ser avaliadas de acordo com teorias filosóficas e/ou religiosas previamente estabelecidas (Durkheim, 1978). Em segundo lugar, tal posicionamento confunde a noção liberal iluminista de *agência* (i.e todo indivíduo é um ser livre, sem limites nas suas atividades além daqueles por ele mesmo impostos) com o conceito

---

<sup>17</sup> “Though some of these women and children have been forced into prostitution by a third party, it is dull economic compulsion that drives many of them into sex work, just as in America (a country with a per capita GDP of U.S.\$21,558), many women and girls “elect” to prostitute themselves rather than join the 35 percent of the female workforce earning poverty-level wages (Castells 1998). To describe such individuals as exercising rights of self-sovereignty seems as spurious as stating that their prostitution represents a violation of their right to dignity. There is no dignity in poverty, which denies the person full powers of agency. Yet the right to sell one’s labor (sexual or otherwise) does not guarantee the restitution of dignity or moral agency.”

antropológico do mesmo (todo indivíduo toma decisões dentro de um campo sócio-culturalmente definido de possibilidades e tais decisões têm o potencial de alterar significativamente sua trajetória de vida (Velho, 1994)).

Do ponto de vista do estudo sócio-científico da prostituição, a posição estruturalista articulada por O'Connell Davidson nega a agência dos indivíduos envolvidos na prostituição e corre o risco de perder de vista um ponto importante que é quase sempre salientado por nossos informantes: a percepção, por elas, da prostituição como uma opção de trabalho *melhor* que as outras presentes em seu campo de possibilidades. Em outras palavras, enquanto Julia O'Connell Davidson não percebe a prostituição como “opção verdadeira”, frente a uma igualdade idealizada, nossas informantes, extremamente cientes das realidades sociais empíricas que condicionam suas vidas, geralmente não vejam a prostituição como “a última possibilidade frente à miséria”: elas a vejam como possível saída da miséria. È justamente essa distinção que faz a prostituição ser uma opção distinta da grande maioria dos trabalhos tradicionalmente femininos no Brasil urbano: a possibilidade, mesmo que pequena, de gerar certa independência e mobilidade socioeconômica.

Como temos visto, então, o trabalho sexual tem uma série de características que o torna uma opção econômica bastante atrativa. Em primeiro lugar, é relativamente rentável. Segundo, é um ofício que exige pouca preparação profissional, sendo aberto a quase qualquer pessoa. Frise-se aqui que ele é particularmente aberto aos jovens, fração etária da sociedade com maiores dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, dado a sua falta de currículo. Finalmente, é um trabalho que, muitas vezes, é altamente flexível. O trabalhador sexual freqüentemente pode exercer o ofício de vender sexo e também se dedicar a outras atividades ou trabalhos com mais facilidade.

Ironicamente, as próprias revoluções femininas e dos costumes sexuais no Brasil não parece ter diminuído o número de prostitutas. Apesar do fechamento da grande maioria dos bordéis tradicionais que, antigamente, marcaram nossa paisagem urbana, a crescente mobilidade espacial feminina tem criada mais flexibilidade na venda e procura do sexo. Convém lembrar, também, que a revolução nos meios de comunicação criada pela internet tem também facilitada a descentralização de oferta e compra dos serviços sexuais. Portanto, embora as

antigas “casa de tolerância” e a prostituição estilo *trottoir* (i.e. de rua) possam sofrer repressão maior por conta das pressões políticas, seu lugar está sendo tomado por uma vasta e intrincada rede descentralizada de serviços sexuais que utiliza a internet para colocar mulheres e clientes em contato.

Todas as características acima descritas fazem do trabalho sexual uma opção que atende bem as necessidades de muitas cariocas – e não apenas as mais pobres. Sintomaticamente, a maioria das prostitutas cariocas por nós entrevistadas em Copacabana e no centro da cidade são oriundas das classes trabalhadoras e média baixa dos subúrbios cariocas, e não das favelas, e quase todas estão engajadas em projetos de ascensão sócio-econômica de longo e médio alcance. Parte significativa das nossas informantes, por exemplo, está regularmente matriculada em cursos universitários da rede particular. Nestes casos, o próprio trabalho sexual está ajudando a pagar para a formação profissional da mulher dentro de outros setores da economia. Outra grande parte das nossas informantes utiliza o dinheiro providente de seu trabalho para a compra de imóveis. Quase todas visam um futuro próximo em que vão largar a venda do sexo para se integrar em outros setores da economia. A prostituição, então, é em muitos casos um meio para um determinado fim e não necessariamente uma opção totalizante da vida. Em outras palavras – e seguindo as afirmações de nossas informantes – é mais correto dizer que as pessoas *estão se prostituindo* e não *são* prostitutas.

### ***“Exploração” e o trabalho sexual***

Todavia, o trabalho sexual é um ofício – como muitos outros – que também pode ser perigoso, sujo e cansativo. As prostitutas são desmoralizadas como classe e a atual legislação contraditória referente ao ofício impede a regulamentação eficaz de seu trabalho. A violência contra a prostituta é poucas vezes impedida pelos agentes da lei e a organização irregular e o preconceito frente ao trabalho sexual colocam suas praticantes em uma zona de penumbra quando se trata de seus direitos. Esses são rotineiramente violados pelos donos das boates, termas, agências de *escort* e casas noturnas que lucram, direta e indiretamente, com o trabalho sexual e que extraem uma taxa significativa de exploração do labuto dos trabalhadores através da utilização de uma série de mecanismos. Em outras

palavras, embora a cafetinagem, em sua acepção mais brutalmente exploradora<sup>18</sup>, não parece ser estruturalmente significativa na organização econômica da prostituição urbana (particularmente no Rio de Janeiro), existe uma série de agentes que exploram a prostituta, no sentido marxista da palavra, através da expropriação dos frutos de seu trabalho.

É importante que o leitor entenda que aqui não estamos falando da *exploração sexual*, artefato legal plástico e extremamente mal-definido na jurisprudência brasileira que é utilizado, quase exclusivamente, para reprimir a prostituição. Quando falamos em *exploração* neste artigo, estamos falando do conceito marxista que estipula que todo trabalho remunerado, sob condições de capitalismo, envolve a extração da mais-valia. Neste sentido, a prostituição não é nada diferente à outras ocupações profissionais.

Tem sido a posição, entre certa ala de pensadores feministas e marxistas, que o trabalho sexual é *exploração sexual* e, portanto, é classificável como sinônimo de *tráfico de mulheres* e/ou *escravidão* (Leal e Pinheiro, 2007: 18-19). Na visão desses analistas, a única coisa que pode ser comprado e vendido no comércio do sexo é o corpo e a pessoa da mulher. Portanto, a *exploração sexual* é entendido como sinônimo de qualquer trabalho sexual e é qualificada como “uma mutação da sociedade moderna ou, ainda, pós-moderna. Uma reificação da barbárie” (*ibid: idem*). Essa posição ignora a realidade do trabalho sexual, *qua* trabalho, e a natureza da venda dos serviços, sejam esses sexuais ou de outra natureza, como comércio. Se for verdade, como Marx e Engels estipulam, que os seres humanos “precisam comer, beber, se abrigar e se vestir [e], portanto, precisam trabalhar” (Engels, 1986: 376), é igualmente verdadeira que precisam manter relações sexuais e que essas relações também podem ser vendidas como qualquer outro serviço. Sexo, enfim, não pode ser visto como um campo a parte das relações socioeconômicas capitalistas. De fato, Friedrich Engels até faz questão de equiparar “a cortesã habitual” que “aluga o seu corpo por hora” como a trabalhadora assalariada, reservando para a esposa engajada num “matrimônio de conveniência” o rótulo de “escrava” (Engels, 1982 [1884]: 20). Sob essa ótica, não

---

<sup>18</sup> Referimos aqui à visão estereotipada do cafetão (ou cafetina) como indivíduo que possui um “estábulo” de mulheres quase escravizadas e que se apropria dos frutos do trabalho sexual dessas através da violência física ou através da dependência das mulheres em drogas. Embora tais indivíduos certamente existissem no Rio, em mais de cinco anos de pesquisa, não encontramos nenhum.

existe razão necessária para entender a prostituta como menos trabalhadora ou mais escravizada que qualquer outra operária nas diversas áreas de serviços.

Enfim, no regime capitalista, a *exploração* é o sino de todo trabalhador e este fenômeno não pode ser equiparado com a *exploração sexual*, entendida por fins do presente artigo como situação análoga a escravidão. Vamos deixar nossa posição cristalina para aquelas pessoas que propositalmente confundem a *exploração sexual* e a *exploração* no sentido marxista da palavra: a demasiada maioria de nossas informantes, na medida em que se sentem exploradas, se sentem exploradas economicamente enquanto trabalhadoras e não enquanto mulheres supostamente rebaixadas à condição de escrava ou mera objeto inanimado. De fato, é importante notar neste contexto que as nossas informantes qualificam as batidas policiais, geralmente justificadas como medida repressiva da exploração sexual, como violação de seus direitos e dignidade.

A posição limiar da prostituição no Brasil como trabalho, legalmente reconhecido, porém não regulamentado, e a ilegalidade de lucrar com a labuta sexual de terceiros (qualificado como lenocínio pelo Código Penal brasileiro), têm configurado um campo de trabalho *sui generis*. Em geral, a prostituta é situada nesse campo como “independente”: uma espécie de pequena burguesa do sexo; alguém que controla seu corpo, entendido aqui como a meia chave para a produção do ato sexual. Porém, tal produção implica em uma série de outros insumos e meios de produção que geralmente não são controlados diretamente pela prostituta e que precisam ser comprados ou alugados por ela. É justamente aqui – na venda ou aluguel desses insumos – que a maior parte da expropriação do valor do trabalho da prostituta acontece.

Em primeiro lugar, a trabalhadora sexual precisa de um lugar onde pode encontrar o cliente e negociar os serviços sexuais. Isto não é tão fácil quanto pode parecer à primeira vista, pois geralmente necessita a construção e manutenção de uma *região moral* – na acepção de Robert Park, uma região em que prevalece um código moral distinto, freqüentada por pessoas que são “dominadas... por um gosto, paixão, ou interesse enraizado diretamente na natureza original do indivíduo” (1984 [1925]: 45-48). Essas regiões têm que ser minimamente atraentes para os clientes, oferecendo um clima descontraído (geralmente regado a bebidas alcoólicas) e anônimo. Em outras palavras, a prostituta precisa da existência de

algum lugar onde o cliente sabe que vai encontrar sexo a venda e que vai se sentir à vontade. Tal lugar pode ser virtual (um site na internet, por exemplo, ou um central telefônico que articula clientes e garotas de programa), mas ele há de existir. Sendo que a prostituição é uma atividade estigmatizada e muitas vezes reprimida, a existência de tais regiões morais implica numa série de negociações constantes com autoridades e residentes locais que, por sua vez, implica numa série de gastos.

Em segundo lugar, a prostituta tipicamente precisa de um lugar privado e seguro onde ela e o cliente podem praticar atos sexuais. Isto pode ser o mesmo que o local de encontro, ou pode ser outro lugar. Nota aqui que “privado” e “seguro” são conceitos relativos que, em última análise, podem significar um beco escuro ou um carro estacionado.

Em terceiro, embora não precisem muitas prostitutas preferem ter um apoio para assegurar sua pessoa contra clientes violentas e para ajudar na cobrança de dívidas. Novamente, como a prostituição é uma atividade estigmatizada e semi-legal, ela não pode contar com a ajuda da polícia ou de outras autoridades públicas para estes fins.

Finalmente, existe uma quantidade enorme de insumos e ferramentas que é consumida ou utilizada no exercício da prostituição, mas que não é exclusivo ao negócio do sexo. Esses insumos incluem: roupas (lingerie sexualmente atraente, biquínis, calças apertadas, sandálias de salto alto de acrílico e fantasias sexuais como uniformes de enfermeiras ou colegiais), perfumes, bebidas alcoólicas, comidas, camisinhas, brinquedos sexuais e músicas de dança.

Tipicamente, no Rio de Janeiro e São Paulo, a exploração da prostituição enquanto trabalho se constitui não tanto na extração direta da mais valia do trabalho sexual (i.e. o recebimento de uma porção do programa), mas na venda ou no aluguel dos insumos e ferramentas acima descritas e, particularmente, no controle do primeiro: as regiões morais onde a prostituição é permitida ou tolerada. Para melhor entender como funciona essa exploração, porém, é preciso entrar numa descrição da geografia humana da prostituição num caso particular, a saber, o da cidade do Rio de Janeiro.

### ***A geografia humana do trabalho sexual no Rio de Janeiro***



A cidade do Rio de Janeiro contém uma enorme variedade de serviços sexuais à venda, sob as mais diversas condições. Dar conta desse universo – mesmo o limitando à prostituição heterossexual protagonizada por mulheres – é uma tarefa além da capacidade de um simples artigo como esse. Todavia, nossas investigações do fenômeno permitem ensaiar a construção de uma tipologia idealizada da venda dos serviços sexuais na cidade.

Tradicionalmente, a prostituição feminina no Rio tem sido dividida em duas alas: o *baixo meretrício* e o *alto meretrício*. Trabalhos mais recentes vindo da história (Meade, 1991) e da antropologia (Gaspar, 1984) têm ampliado essa análise, estipulando uma classificação triparte e acrescentando o *médio meretrício* ao modelo. Seguindo as classificações proferidas por Gaspar, Henrique Dantas descreve os três “níveis” de prostituição carioca da seguinte maneira:

A “alta prostituição” seria a tendência para o futuro desta forma de ganhar a vida nos grandes centros urbanos. As garotas agiriam sob seu próprio controle, publicando anúncios em jornais com número de telefone para contato. Muitas vezes no próprio anúncio fazem questão de deixar claro o seu cliente “alvo”: executivos de bom gosto. O valor estabelecido por elas geralmente só é acessível a pessoas de alto poder aquisitivo. A ida da prostituta ao local indicado pelo cliente é característica deste tipo de prostituição. O gasto com o táxi ou com o combustível do carro da garota também é, na maioria das vezes, de responsabilidade do cliente...

A média prostituição (estudada por Gaspar) seria aquela praticada em boates e casas de massagens espalhadas por toda a cidade. Suas praticantes, como regra geral, possuem aparência produzida e não estão “expostas” nas ruas, portanto, segundo a concepção delas, correm riscos menores que as praticantes da baixa prostituição. Porém, risco menor não quer dizer que não estão correndo algum perigo, pois isto é um fato real de todas as escalas da prostituição... Um ponto considerado importante para a opção destas mulheres pelo trabalho em boates e casas de massagens seria justamente por buscarem uma maior segurança, ainda que relativa, afinal, entre quatro paredes, tudo pode acontecer. O preço do programa nestes lugares costuma variar de acordo com o bairro. Nas casas de massagens o valor é único para todas as garotas e costuma ser cobrado de acordo com o tempo que o cliente pretende ficar com a garota. Por exemplo, R\$ 50,00 por trinta minutos, R\$ 80,00 por uma hora, e assim por diante. Existe uma tabela e a mulher deve sempre assinar nas páginas de um livro controlado por um gerente a cada vez que levar um cliente para o seu quarto, ou “cabine”, como costumam chamar (estes livros para assinatura também existem nas casas da *Vila Mimososa*). Já as prostitutas que freqüentam as boates estabelecem seu próprio preço, e não costumam ter um vínculo muito grande com os donos ou gerentes destes estabelecimentos. Em geral fazem um acordo verbal, comprometendo-se a fazer com que os clientes consumam o máximo possível em bebidas e aperitivos.

Ainda contextualizando-nos ao quadro do meio urbano do Rio de Janeiro, procuro identificar como praticantes da baixa prostituição mulheres de diversas idades que negociam o corpo nas ruas, em áreas como a Quinta da Boa Vista e Central do Brasil, e na *Vila Mimosa*.... Geralmente são mulheres que não fazem muitas exigências ao cliente e com um grau de promiscuidade maior que as das outras escalas. Estão freqüentemente dispostas a praticar o ato sexual não apenas em lugares exclusivos como os hotéis, sendo mais comum o interior dos carros e as áreas mal iluminadas (no caso específico da Quinta da Boa Vista). É dentro desta escala da prostituição que se encontra o maior número de mães e viciadas em drogas. A violência quase explícita nestas áreas é um ingrediente que completa o quadro, sendo característica de todos os personagens, sejam as mulheres, clientes ou freqüentadores. Fenômeno não exclusivo dos grandes centros urbanos, a baixa prostituição tem sido uma saída encontrada por milhares de mulheres para resolverem questões financeiras. (Dantas, 2002)

A descrição de Dantas merece ser citada por extensa, pois exemplifica uma série de problemas e preconceitos típicos que estão embutidos nesse *modelo dos múltiplos meretrícios*, a mais candente do qual é a presunção de existência de uma escala totalizante moral/econômica que pode ser usada para classificar os tipos de trabalho sexual, mas que mantêm grandes congruências com teorias social-evolucionistas tradicionais ao respeito da população carioca.

É válido lembrar que esse modelo não está completamente errado, se fôssemos aceitá-lo como uma tipificação ideal bastante ampla e um tanto vaga da prostituição. Afinal de contas, todos os nossos informantes, clientes e prostitutas, reconhecem a existência de prostituições *melhores* e *piores* e quase todos concordam com Dantas que o “fundo do poço” no universo do sexo comercializado no Rio de Janeiro pode ser encontrado nas ruas em torno do Central do Brasil ou da Quinta da Boa Vista. Todavia, ir além desse consenso, como o Dantas o faz, é bastante complicado.

Em primeiro lugar, não existe provas contundentes de que a prostituição mais barata é, por natureza, necessariamente mais violenta, degradante ou até promíscua que a prostituição mais cara, como Dantas argumenta. No máximo, isto só pode ser qualificada como hipótese a ser explorada. Em segundo, não existe uma concordância absoluta entre os tipos de trabalho sexual, os preços pagos por ele, os tipos de clientes que o compram e os tipos de mulher que os providenciam. Como notamos acima, a prostituição em geral – e não só a assim chamada baixa prostituição – pode ser qualificada “uma saída encontrada por... mulheres para resolverem questões financeiras”. Finalmente, a nossa ver, é bastante perturbador o

fato de que o modelo de múltiplos meretrícios, que é sobretudo um modelo determinista, associa classe, raça<sup>19</sup>, gênero e níveis de estigma em “pacotes” holísticos. Nossa pesquisa indica que existe uma flexibilidade bastante notável no trabalho sexual carioca, com mulheres e clientes circulando entre várias formas e locais de prostituição.

Nossa pesquisa tem revelado 274 pontos de prostituição no município do Rio de Janeiro, dos quais visitamos pessoalmente 52. Devemos salientar, que, por fins desse artigo, *ponto* quer dizer um endereço ou região moral qualquer. Por tanto, *Vila Mimosa*, uma rua de dois quarteirões de extensão que abrange mais que 25 *casas* e *boates*, todos dedicados à venda do sexo, é qualificado aqui como um ponto só. Idem o prédio Av. Rio Branco 651, que contém uma dúzia de *privés* sob controle de donos diferentes. Se fossemos levar em conta cada ponto individual e separado de venda, nossa contagem chegaria a mais que 400.

Também tem que ser salientado que alguns desses pontos mudam de lugar e dono com certa frequência e que nossa pesquisa abrange um período de sete anos, de 2002 a 2008. A termas *Bonhomme*, por exemplo, começou a vida como termas gay e fechou em 2005, logo após de ser re-inaugurada como local dedicado a prostituição heterossexual feminina. Uns seis meses mais tarde, porém, reabriu-se no mesmo endereço, supostamente com novos donos, como a termas *Firebird*. Nestes casos, quando o lugar muda de dono e/ou nome mas permanece no mesmo endereço, temos contado ele como um só ponto. Todavia, a situação se complica ainda mais com as *casas de massagem* e *privés* do centro, onde a repressão da prostituição pode resultar num determinado ponto sendo fechado num local e reaberto sob os mesmos donos em outro. Esse tipo de situação não é comum, porém, e a maioria dos pontos contados por nós tem mantido suas portas abertas pelos últimos três anos (ou mais). Por fins do presente artigo, temos retirado da nossa contagem qualquer ponto de prostituição que sabemos ter fechado antes de 12.2006.

Em termos de classificação, em vez de seguir o velho modelo de múltiplos meretrícios, inicialmente acompanhamos as classificações êmicas apresentadas por

---

<sup>19</sup> Pois afinal das contas, o exemplo que Dantas oferece de uma mulher engajada na prostituta “alta” é “loira e descendente de alemães” enquanto a prostituta exemplar do baixo meretrício é “morena” (ibid: idem).

nossos informantes (tanto prostitutas, quanto clientes). Assim, podemos afirmar que existem 21 qualificações de prostituição na cidade, dividida por local de encontro (de elite, *call-girl/escort*, *termas*, *massagens*, *privés*, *peep show* (diversões eróticas), cinema, casas/bordeis, rua, bar, boate, praia, swing, amadoras, hotel e disco), tipo de programa (“toda a noite”, “*girl friend experience*” e *fast-sex/fast foda*) e categorização morais (“de luxo”/ “de elite” e “*trash*”).

Essas classificações êmicas, porém são subjetivas e contraditórias e não são, obviamente, exclusivas. O mesmo lugar pode ser qualificado de maneiras diferentes por pessoas diferentes. Isto é particularmente o caso com as qualificações *casa/bordel*, *termas*, *massagem* e *privé*. Falando brevemente, esses termos parecem ser até certo ponto, intercambiáveis e genéricos. Um lugar pode ser chamado de *terma*, por exemplo, mesmo que não disponibiliza saunas, ou de *massagem* mesmo que não oferece o tal serviço. E, é claro, *casa* sempre acaba sendo o genérico para quase todo e qualquer ponto fechado de prostituição.

Portanto, era preciso peneirar e analisar com cuidado essas categorias na construção de uma tipificação ideal ética dos pontos de prostituição no Rio. Chegamos a conclusão, então, que podemos categorizar o sexo comercial na cidade em nove estilos básicos de ponto (cinco “fechados”, três “públicos” e um “misto”<sup>20</sup>), duas categorias morais e três tipos de serviços especiais. Em termos das informações econômicas apresentadas abaixo, os preços vêm do período 2006-2008, que foi época de certa estabilidade no mercado do sexo da cidade.

### ***Tipos “fechados” de pontos prostituição***

Qualificamos como “fechados” os tipos de pontos onde a prostituição acontece dentro de uma determinada região moral com pouca ou nenhuma visibilidade frente à sociedade circundante. Os cinco tipos de ponto fechado de prostituição encontrados por nós no Rio de Janeiro incluem *serviços de call girl*, *termas/boates* (uma categoria só), *casas de massagem*, *privés* e *casas*.

#### *Serviços de call girl, escort, agência*

---

<sup>20</sup> Cinco lugares escaparam dessas categorizações de ponto: 3 casas de swing, um *peep show* e uma cinema.

Isto é propriamente um ponto virtual, sendo que a região moral onde o cliente encontra-se com a prostituta não existe no espaço físico. Basicamente falando, o cliente encomenda os serviços de uma determinada prostituta após de ver suas informações de contato na internet, no jornal, numa revista, num panfleto colado num orelhão ou após de recebê-las de terceiros. A prostituta pode estar trabalhando independentemente, por si só, ou pode participar de uma agência, que disponibiliza suas informações de contato em troca de um pagamento ou uma porcentagem do programa. A prostituta vai, então, até o local de encontro escolhido pelo cliente (tipicamente a casa ou hotel dele), faz os serviços e é pago na hora. A quantidade recebida varia por duração de programa (duas horas, tipicamente, mas por hora e por noite também), mas varia de 50 a 150 reais por hora. Tipicamente, a prostituta também ganha uma quantidade adicional para cobrar suas despesas de viagem de táxi (30-50 reais). Segue abaixo uma amostra dos preços cobrados para serviços de *call girl* no Rio de Janeiro (como sempre, os nomes das agências, lugares e agentes apresentados nessa secção foram modificados para proteger o anônimo):

<i>Katia Scort</i> , 1.2008:	100r por duas horas, 300r por noite; 30r p/táxi
<i>KGB Plus</i> , 10.2006:	300r (tempo não especificado); 50r p/taxi
<i>Show de Scort</i> , 6.2006:	100r, 30r taxi
<i>Hotties.com</i> , 7.2008:	250r por 2 horas, incl. táxi
<i>Kris models</i> , 2.2008:	100r por 2 horas; 50r p/táxi
<i>Mader models</i> , 1.2008:	150r por 2 horas, 35r p/táxi
Número num orelhão, 6.2006:	50r por hora
Número através do jornal, 6.2006:	60r por hora

Embora muitas vezes qualificada como uma espécie “superior” de prostituição (provavelmente porque é removida dos olhos do público), nossas pesquisas indicam que o trabalho de *call girl* pode ocultar um dos maiores taxas de exploração. De acordo com um de nossos informantes, as mulheres que trabalham para agências, além de devolver 50% do preço do programa à agência, também pagam uma taxa de até 500 reais por mês para serem listadas em seu *book* ou *site*. Como dizia um dos nossos informantes clientes, amigo de várias garotas de programa:

No Kris Models, as meninas precisam pagar os primeiros R\$400 ganhos toda semana para a agência e, após disto, elas dividem o preço do programa, meio a meio, com a agência. Então, vamos imaginar que uma das meninas de Kris faz 10 programas por semana, por cem reais cada. Kris Models ganhará os primeiros R\$400 e 50% do que sobrou, deixando a menina com somente R\$300 para seu labuto.

Presumindo 10 programas de 100 reais por semana, então, a taxa de exploração deste tipo de serviço sexual pode superar 70%. Isto quer dizer que o grosso da remuneração da prostituta que trabalha com agência deve vir do preço “adicional” do transporte e essa hipótese é sustentada pelos relatórios de nossos informantes clientes, que reportam grandes conflitos com prostitutas quando tentam negociar o preço do táxi. É também notável, neste contexto, que o transporte cobrado por prostitutas “independentes” (i.e. as que não trabalham com agências) raramente excede 20 reais e, muitas vezes, nem faz parte estipulado do preço do programa.

É possível, então, perguntar por que uma mulher trabalharia com uma agência, dada esse nível de exploração? Duas respostas foram apresentadas por nossas informantes. Em primeiro lugar, o trabalho de *call girl* agenciada é extremamente anônimo, pois, além de não ter exposição pública<sup>21</sup>, a central pode recolher o nome e informações do cliente previamente, deixando a mulher evitar pessoas conhecidas em outros contextos além da prostituição. Em segundo lugar, o trabalho com uma agência é extremamente flexível: a mulher só vai ser destacada para o trabalho caso que tem um programa a sua espera. Isto deixa seus dias livres para outros tipos de trabalho (de sexo ou não), para a escola, ou para as tarefas domésticas.

Encontramos 54 diferentes agências e pontos virtuais de prostituição no Rio de Janeiro (sem contar, é claro, os meios informais de transmissão de informações, tipo orelhões).

### *Termas e boates*

Uma *termas*, propriamente dita, é uma casa de sauna que também oferece serviços sexuais. Muitos lugares no Rio de Janeiro se chamam de *termas*, porém, sem oferecer saunas e o termo parece ser um genérico para “casa de prostituição” na cidade. Por fins de nossa classificação ética, apresentada aqui, usamos *termas* só

---

<sup>21</sup> Deve ser salientado, neste contexto, que as fotos das mulheres, apresentadas nos sites virtuais das agências, não correspondem as mulheres que trabalham nestes locais.

para indicar aqueles lugares que acreditamos serem termas de verdade (i.e. que incluem saunas).

Este espaço parece ser uma das formas mais populares de prostituição entre os clientes da cidade e também é aparentemente uma especialidade carioca, sendo que essa forma de prostituição não se encontra tão destacada (pelo menos em sua variante heterossexual) Brasil afora. De acordo com o cliente Bubba Boy (autor de *The Bubba Report for Rio de Janeiro*) a prostituição de termas funciona da seguinte maneira:

Ao entrar, você recebe uma chave para um armário, onde você vai deixar suas roupas e outros pertences [a casa vai te providenciar com um robe e sandálias havaianas para usar durante sua estadia]. Você pode, então, ir à sauna ou ter uma massagem não-sexual... Quando você quer interagir com as garotas, você vai à boate, que é o bar... onde as meninas estarão te esperando. As meninas não são pagas para trabalhar na boate, porém: elas só recebem quando te levam para uma cabine particular... A chave de seu armário é tipo seu cartão de crédito lá dentro. O dinheiro nunca troca de mãos dentro de uma termas e você só pagará para tudo na saída. Portanto, não perca sua chave!

...Uma vez que você decide que quer conhecer melhor uma das moças da casa, você decide quanto tempo quer gastar com ela (40 minutos é normal) e ela vai levar sua chave e ir embora para se preparar. Ela voltará em 5 minutos e aí vocês vão para uma das cabines onde você tentará imitar uma estrela dos filmes de pornografia... (Bubba Boy, 2007: 3-5)

Trabalhar numa termas é um emprego *full time*, e as mulheres tipicamente aparecem lá de quatro a seis vezes por semana. Não recebem nenhum salário da casa e sim o preço do programa e, geralmente são multadas em até 300 reais por cada dia que faltam. As mulheres, em geral, não trabalham enquanto estão menstruadas, mas a casa ainda cobra a multa para a falta naqueles dias. Portanto, muitas mulheres que trabalham em termas abusam das pílulas anticoncepcionais para nunca terem que menstruar.

A ficção que permite a prostituição de termas é que as mulheres não são funcionárias da casa. Portanto, embora que o preço do programa é padronizado dentro da termas (variando por tempo gasto no serviço sexual), a casa geralmente não toca nesse dinheiro, ganhando com a entrada, a venda de comes e bebes e – crucialmente – o aluguel de cabines e quartos. Os preços cobrados pelas termas do Rio variam dramaticamente conforme a qualidade e higiene das instalações.

Tipicamente, entre 10 e 30 mulheres estarão presentes numa termas, embora existam algumas “mega-termas” (Dado de Quatro, por exemplo) que dizem disponibilizar de quase 200 garotas de programa.

Segue abaixo uma lista dos preços cobrados em 2008 por uma seleção representativa de termas cariocas. Nota que o dinheiro do “programa” fica com a mulher, o resto podendo ser classificado, então, como taxa de exploração (explícito em termos de porcentagem do preço pago pelo cliente, no final). Todos os preços datam de 12.2008:

<i>Unicórnio:</i>	90r entrada, 100r quatro, 150r programa 40 min. 56%.
<i>El Hombre:</i>	50r entrada, 60r quatro, 140r programa 40 min. 44%.
<i>Dado de Quatro:</i>	40r entrada, 40r quatro, 120r programa 40 min. 42%.
<i>Preto e Branco:</i>	10r entrada, 20r quatro, 40r programa 40 min. 42%.
<i>Aerolinhas:</i>	60r entrada, 90r quatro, 100r programa 40 min. 60%.
<i>Berlin Café:</i>	20r entrada, 50r quatro, 160r programa 40 min. 30%.
<i>Espaço Atlântico:</i>	3r entrada, 20r quatro, 20r programa 40 min. 53%.

A taxa de exploração do trabalho sexual nas termas do Rio de Janeiro varia de 30-60%, sendo por volta de 40% na maioria dos lugares. Embora tal taxa é, razoavelmente alta e apesar do trabalho nas termas exigir dedicação exclusiva ou quase exclusiva, muitas mulheres preferem esta modalidade de trabalho, pois oferece um alto grau de segurança, um razoável grau de anonimato (embora já ouvimos histórias de meninas encontrando seus pais nas boates de uma termas) e também elimina argumentos com os clientes na hora de pagar.

Boates são semelhantes às termas, pois são ambientes fechados cuja razão de existência declarada é a oferta de outras diversões além dos serviços sexuais (nesse caso shows de dança e, às vezes, *strip-tease* ou sexo ao vivo), mas onde as mulheres da casa estão disponíveis para a prostituição. Uma boate pode ou não ter cabines no lugar. Se tiver, funciona mais ou menos de acordo com uma termas, com a casa ganhando dinheiro com a entrada e com o aluguel de espaços para realizar os atos sexuais. Se a boate não tiver cabines, as mulheres geralmente são funcionárias pagas da casa e os clientes, além de pagar a entrada, precisam pagar uma “multa” para tirá-las do lugar (o sexo sendo consumido num lugar da escolha do cliente – tipicamente um motel ou hotel nas proximidades da boate). Neste caso, o preço do programa não será padronizado pela boate, com cada mulher negociando o que acha justa.



Como as termas, as boates variam muito em termos de higiene e qualidade. Em média são encontradas de cinco a vinte mulheres trabalhando numa boate típica e esse tipo de trabalho geralmente exige dedicação exclusiva. Abaixo, encontra-se uma lista dos preços numa seleção de boates típicas no Rio. Novamente, a entrada, multa de bar e/ou o preço de aluguel das cabines constituem a taxa de exploração extraída do programa:

<i>Sweet Jane</i> , 7.2007:	60r entrada, 60r multa, 300r programa por noite. 29%
<i>Bertolucci's</i> , 6.2008:	30r entrada, 50r multa, 150r programa por 2 horas. 35%
<i>Miami</i> , 6.2007:	10r entrada, 20r quarto, 50r programa por 45 minutos. 37%
<i>Casa Grande</i> , 5.2007:	2r entrada, 10r quarto, 20r programa por 20 minutos. 38%
<i>Feriadão</i> 1.2006:	30r entrada, 50r quarto ou multa, 80r programa/hora. 50%

Nas boates, então, encontramos uma taxa de exploração semelhante àquela encontrada nas termas: ou seja, por volta de 40% do total gasto pelo cliente (independente de comer e beber) fique nas mãos da casa. As vantagens e desvantagens de trabalhar numa boate também são semelhantes às das termas, sendo que nas boates que não disponibilizam de cabines, a prostituta obviamente está mais vulnerável à violência, fraude e roubo por parte do cliente. Ambas as boates e termas tipicamente abrem suas portas a tarde, mas o grande movimento dos clientes tende a ser após das 17:00 horas (embora existem exceções). De acordo com nossas informantes, a jornada típica numa casa dessas é de nove horas, indo das 16 horas até uma da manhã.

Nossa pesquisa revelou 48 termas e 20 boates no Rio de Janeiro.

### *Massagens*

Massagens são semelhantes às termas e boates no sentido de que são ambientes fechados que disponibilizam de outros serviços além do sexo. Todavia, elas têm um diferencial, pois o programa tende a ser mais longo (uma hora em vez de 40 minutos) e começa – e as vezes até termina – com massagem. Na casa de massagem, como definido aqui, o cliente compre serviços de massagem que podem também incluir (ou não) masturbação e/ou sexo (oral, anal e/ou vaginal), mediante o pagamento de um preço adicional. O interessante é que existem casas de massagem que só providenciam masturbação para seus clientes, mas que cobram mais que outros pontos onde se vende sexo anal, oral e/ou vaginal.

A massagem também é semelhante ao privé (descrito abaixo), pois geralmente opera num apartamento ou escritório, subdividido em uma recepção e duas ou três cabines, e emprega relativamente poucas mulheres (tipicamente entre dois a dez, com quatro ou cinco normalmente presentes em qualquer momento). Até agora, conhecemos pouco sobre o recrutamento e condições de trabalho nas massagens. A taxa de exploração parece ser extraída diretamente do preço que as massoterapeutas cobram para seus serviços e parece beirar algo em torno de 30-50%. É provável que algumas casas – querendo se distanciar legalmente da acusação de cafetinagem – se recuse tocar no dinheiro pago para os “serviços adicionais” (i.e. serviços sexuais), extraíndo então uma taxa maior dos serviços não-sexuais, mas isto é apenas uma hipótese a ser explorada. Os preços nas massagens tipicamente são padronizados.

Abaixo, encontra-se uma lista dos preços numa seleção de massagens típicas no Rio:

<i>Massagem Largo de Andrade</i> , 5.2007:	50r por hora, com punheta, sem sexo.
<i>Fê e Alice Massoterapeutas</i> , 12.2008:	70r por hora com sexo.
<i>Mimi Fonseca, Terapeuta</i> , 10.2008:	100r por hora com punheta e boquete, s/sexo.
<i>Harmonia e Paz Massagens</i> , 1.2006:	50r por hora, com sexo.
<i>Bi e Ana Massagens</i> , 8.2007:	70r por hora com punheta, 150r com sexo.
<i>Cleonice Massagens</i> , 5.2008:	30r por meia hora com punheta, sem sexo.

Descobrimos um total de 27 massagens no Rio de Janeiro.

### *Privés*

Pode-se pensar no privé como uma espécie de mini-bordel e neste sentido, são semelhantes às massagens. Todavia, diferente daquela modalidade de prostituição, a privé geralmente não oferece outros serviços além dos sexuais. São apartamentos ou escritórios alugados em grandes prédios, tipicamente nos centros comerciais da cidade (o Centro, Tijuca e Copacabana tendo as maiores concentrações). Ou dono do imóvel pode conhecer o não o fim pelo qual sua propriedade foi alugada, mas se não sabe e descobre posteriormente, o privé geralmente estará fechado e terá que se mudar de lugar. Existem prédios, porém, que concentram privés – ou porque são enormes e em lugares extremamente estratégicos no mercado de sexo comercializado (vários prédios na Av. Rio

Branco, por exemplo, cabem), ou porque a administração do prédio não se importa em repelir a prostituição.

Um privê típico é bem pequena – menos de 60 metros quadrados, em geral – e é dividida em cabines e uma área de recepção. O banheiro geralmente é coletivo e as cabines só comportam uma cama e, as vezes, uma televisão ou mesa. Existem, porém, privês “de luxo” que mais assemelham com pequenos motéis. Uma que visitamos na Rua do Ouvidor, por exemplo, ocupa todo o 4º andar de um prédio e disponibilizava de verdadeiros suítes contendo banheiras e mini-saunas.

A quantidade de mulheres que trabalham num privê é relativamente baixa, variando de três a dez, com uma média de cinco sendo mais típico. Os preços cobrados geralmente são padronizados. Como os privês (junto com as massagens, descritas acima) especializam na venda de serviços sexuais aos trabalhadores dos centros comerciais, o trabalho concentra-se durante o horário comercial. Isto faz destes espaços uma opção excelente para mulheres que trabalham ou estudam a noite. Também, dado essas condições, é bastante fácil camuflar o trabalho num privê como (nas palavras de uma de nossas informantes) “um emprego qualquer no centro – tipo secretária, essas coisas”.

Novamente, temos recolhido poucas informações sobre as taxas de exploração extraída dos serviços sexuais nos privês. Temos notado, porém, que em alguns casos grupos de prostitutas alugam um apartamento em conjunto e passam a administrá-lo como uma espécie de cooperativa ou coletiva. Todavia, os privês mais luxuosos obviamente precisam de grandes injeções de capitais e é pouco provável que os investigados na nossa pesquisa tenham sido organizados pelas próprias trabalhadoras.

Segue abaixo uma lista de preços tipicamente encontrados nos privês do Rio de Janeiro:

Presidente Vargas 950, apt. 2201, 10.2007:	70 reais por meia hora.
Av. Rio Branco 650, apto. 3102, 9.2006:	100 reais por hora.
13 de Maio 87, apto 201, 10.2008:	40 reais por meia hora.
Privê Barra Modelos, 12.2008:	140 reais por 40 minutos.
Privê Realengo, 9.2008:	25r por 25 minutos.

A nossa pesquisa identificou 42 privês no Rio de Janeiro.

*Casas*

Essa categoria é meio residual e abrange aqueles lugares que, aparentemente, só vendem sexo, mas não são qualificados por clientes ou prostitutas como qualquer outra das categorias descritas acima. Em muitos casos esses pontos podem se chamar de massagens, boates, ou termas, sendo que, a melhor classificação para elas é simplesmente o bom e velho *puteiro*, ou – para ser mais chique – *casa de tolerância*.

Em geral, as casas são maiores que os privês e empregam de dez a cem mulheres. Muitas delas – como a Vila Mimosa ou a R. Buenos Aires 100 – são de fato uma coleção de estabelecimentos, cada um com dono ou gerente diferente. A Vila, por exemplo, têm mais de 25 casas, todas mais ou menos unidas através de uma associação comercial (veja-se Pasini: 2005 por mais informações sobre a organização econômica e social da Vila). BA 100 tem 5 bares que ocupam cinco andares diferentes do mesmo prédio. Em todas as casas, porém, o sexo é consumado no local, tipicamente numa cabine, e a taxa de exploração é extraída através do aluguel dessas. Em algumas casas, pode existir uma taxa adicional, retirada diretamente do preço do programa, mas não temos encontrado provas diretas disto ainda. Pelas informações que temos em mão, a taxa de exploração numa casa beira a 25%. Os preços nesses pontos são padronizados e são tabelados de acordo com o tempo gasto e o serviço a ser oferecido (com o serviço sexual “completa” – i.e. sexo oral, vaginal e anal – sendo sensivelmente mais caro que o sexo vaginal).

Em termos de horário de trabalho, as casas (juntas com os privês e as massagens) tendem a ser mais flexível que as termas e as boates. Teoricamente, todos esses pontos exigem dedicação exclusiva da trabalhadora, mas, pelo que podemos entender as casas, privês e massagens permitem a jornada parcial com mais frequência.

Segue abaixo uma lista de preços numa seleção das casas do Rio de Janeiro:

<i>Buraco Bueno</i> , 12.2008:	10r por 10 minutos, 20r por sexo anal.
<i>Buenos Aires 200</i> , 12.2008:	15r por 15 minutos, 25r por sexo anal.
<i>Vila Mimosa</i> , 6.2006:	20r por 20 minutos, 5r cabine.
<i>Copacabana Termas</i> , 1.2008:	75r por 30 minutos.
<i>Shopping Madureira</i> , 11.2008:	11r por 7 minutos.

Encontramos 33 casas no Rio de Janeiro.

### ***Tipos “abertos” de pontos de prostituição***

Qualificamos como “abertos” os tipos de pontos onde a prostituição acontece dentro de uma determinada região moral que é potencialmente visível aos olhos da sociedade circundante. Isto não quer dizer, porém, que a sociedade circundante sempre a reconhece como ponto de prostituição. Por exemplo, ambas a *Rua do Jardim Zoológico*, na Quinta da Boa Vista, e o *Restaurante Dom Corleone*, em Copacabana, são pontos abertos de prostituição. No entanto, a presença das garotas de programa é muito mais visível no primeiro lugar que no segundo. Os dois tipos de ponto aberto de prostituição encontrado por nós no Rio de Janeiro são *bares/praias/restaurantes e pontos de rua*.

#### *Bares, restaurantes e praias*

O que esses três lugares têm em comum é que as negociações para os serviços sexuais acontecem num ambiente público misto. Nestes casos, a região moral onde a prostituição é permitida é também freqüentada por pessoas que não procuram ou oferecem serviços sexuais e até podem ser avessas à prostituição. Alguns lugares são mais mistos que outros. Na *Praia das Putas* em Copacabana, por exemplo, sempre há pessoas que não estão envolvidas no negócio do sexo. Todavia, quase todo mundo que freqüenta aquele ponto está ciente da presença das garotas de programa. Em outros lugares – a lanchonete em cima de uma certa montanha bastante visitada por turistas, por exemplo – a presença das trabalhadoras do sexo é bem mais discreta e seria notada somente por alguém que estivesse assiduamente a procura dos serviços sexuais comercializados.

Todos esses lugares também têm outra característica em comum: em geral, são as mulheres que vão atrás dos homens. Nos pontos fechados, é claro, as prostitutas sempre se envolvem em jogos de sedução com os clientes potenciais. Nos bares, restaurantes e praias, porém, esse esforço é redobrado – provavelmente por causa da presença constante de mulheres que não estão vendendo serviços sexuais.

A taxa de exploração é relativamente baixa nesses pontos e pode chegar a ser zero. Tipicamente, porém, para ocupar uma mesa num bar ou restaurante, a mulher terá que consumir algo ou será expulsa pelos garçons. É comum, então, ver

nesses lugares mesas ocupadas por três ou quatro mulheres, cada um cuidadosamente consumindo um chopp por hora. O preço do programa não é tabelado nesses pontos, com cada mulher cobrando as condições que acha justa para seu trabalho e, portanto, as prostitutas exercem grande controle sobre as condições de seu trabalho.

Um problema com esse tipo de prostituição, porém, é o fato de que os serviços sexuais não de ser consumidos em outro lugar, geralmente num hotel da vizinhança. Isto retira da prostituta qualquer estrutura de suporte contra a violência, fraude ou roubo por parte do cliente e, portanto, muitas mulheres que são ativas nesses pontos recrutam namorados ou amigos (de ambos os sexos) como protetores. Outras mulheres cultivam relações com policiais ou motoristas de táxi, que podem chamar para intervir numa emergência. Algumas das nossas informantes dizem que têm mulheres que trabalham nestes pontos e dividem o dinheiro ganho com seus protetores e/ou agentes, porém até agora, não temos encontrado alguma prostituta que admite fazer isto.

Outro problema potencial com esse tipo de ponto é o fato de que o número de clientes potenciais por prostituta é muito diluído. Como uma das nossas informantes, mulher de 26 anos que trabalha num *privé* na Av. Rio Branco afirma:

Não gosto de freqüentar os bares da Copa, pois você pode gastar a noite inteira lá e não conseguir nada. Pior ainda, você pode acabar gastando horas na mesa de algum *safado*<sup>22</sup> que, no final da noite, quer que você dê de graça. Aqui [na *privé*] é mais simples: você já sabe que o homem que vem p'ra cá está a procura de um programa. Nos bares, você está competindo com mulheres que dão de graça por homens que não querem pagar um programa.

Uma diferença entre bares, restaurantes e praias é que os primeiros dois tipos de ponto tendem a funcionar somente no final da tarde e a noite enquanto as praias, obviamente, funcionam somente durante o dia. Muitas mulheres, então, começam seu dia de trabalho na praia, migrando-se para os bares no final da tarde. Como esse tipo de prostituição é livre e não precisa de dedicação exclusiva, é

---

<sup>22</sup> Nota que no linguajar das prostitutas *safado*, quando usado como insulto, refere ao homem que engaje em jogos de sedução, mas não quer pagar um programa. Do ponto de vista da prostituta, este tipo de comportamento gasta seu tempo e esforços à toa. Termo semelhante usado para o mesmo tipo de homem é *fariseu* – referência bíblica que indica homens que se pensam como moralmente superior às prostitutas.

muito comum também ver mulheres que são empregadas em outros pontos da cidade trabalhando nesses lugares em seus dias de folga.

Segue abaixo uma lista dos preços cobrados em alguns dos bares, restaurantes e praias do Rio de Janeiro. Esses preços não incluem os custos de eventuais estadias nos hotéis ou motéis, que são tipicamente pagos pelo cliente.

<i>Praia das putas</i> , 9.2007:	100r por hora, 200r por noite.
<i>Veranda Bar</i> , 10.2007:	110r por hora.
<i>Meia Tostão Restaurante</i> , 12.2007:	100r por 2 horas; 200r por noite.
<i>Nogales' Bar</i> , 1.2006:	80r por noite.
<i>Praia da Barra da Tijuca</i> , 8.2006:	70r por hora.

Temos encontrado 31 bares e restaurantes e 4 praias utilizados como pontos de prostituição no Rio de Janeiro.

#### *Pontos de Rua*

Os pontos de rua são regiões morais específicas e não mistas de prostituição. São considerados por nós como pontos abertos, porém, porque são extremamente visíveis ao público em geral. É justamente essa visibilidade, enquanto combinada com o estigma da prostituição, que expõem as mulheres que trabalham nesses lugares a uma carga de perigo ainda maior que o normal.

É importante dizer que, embora certamente existam clientes violentos. Todavia, as mulheres que trabalham nas ruas mais tremem o que chamam de *maníacos*, ou seja, indivíduos ou grupos que pensam usar o corpo da prostituta como objeto de tortura ou violência. Outro tipo de violência muito comumente encontrado por prostitutas de rua é a agressão de cidadãos comuns que são revoltados com o espetáculo de sexo a venda. Muitas de nossas informantes de rua relatam casos em que latas cheias de refrigerante ou cerveja são jogadas contra elas pelas janelas dos carros que passam em alta velocidade.

As prostitutas de rua tipicamente trabalham em pequenos grupos de dois a cinco, que dominarão uma determinada esquina ou ponto. Elas negociam com os clientes, que chegam de carro ou a pé, e vão embora por hotéis ou outros lugares, onde o ato sexual é consumado. Às vezes fazem programas no próprio carro do cliente.

A prostituição de rua é tipicamente considerada – tanto por clientes quanto pelas mulheres e certamente pelas autoridades – como o meretrício mais baixo do Rio de Janeiro. Todavia, os preços pagos por este tipo de programa podem ser relativamente altos e, é claro, esses não são padronizados, tendo a mulher, então um grande poder de negociação. Também são os pontos menos gerenciados da cidade: a menos que a mulher adote um protetor/agente ou cafetão, a taxa de exploração desse tipo de trabalho é, geralmente, zero. A falta de organização e gerenciamento dos pontos de rua também significa que esses são os lugares que mais atraem menores de idade. Segue abaixo uma seleção de preços típicos cobrados nas ruas do Rio de Janeiro (os pontos são identificados por região e não por rua e, portanto, não tem seus nomes modificados):

Quinta da Boa Vista, 7.2008:	50r até o orgasmo (30 minutos neste caso).
Central do Brasil, 12.2008:	25r por 25 minutos.
Copacabana, 5.2006:	125r por noite.
Praça Tiradentes, 8.2007:	20r até o orgasmo (meia hora).
Lapa, 4.2008:	50r até o orgasmo (uma hora).

Encontramos 14 pontos de rua em nossa pesquisa.

### ***Ponto de prostituição de tipo misto***

Existe uma discoteca que é um ponto de prostituição simultaneamente aberto e fechado: a discoteca Help em Copacabana, sob qual temos escrito extensivamente em outro lugar (Blanchette e Da Silva: 2005). Help consiste de dois ambientes: um bar/restaurante numa calçada pública e uma discoteca. Prostitutas e clientes se reúnem para negociar serviços sexuais em ambos ambientes e o preço médio do programa tem sido por volta de 100 US\$ desde, minimamente, 2002. A casa ganha seu dinheiro cobrando uma taxa de entrada para a discoteca de 28 reais (o mesmo preço é cobrado de todo mundo – clientes e prostitutas) e na venda de comidas e bebidas. Não existem lugares para as relações sexuais no local (de fato, a casa mantém um rígido código de comportamento que proíbe roupas ou atos sexualmente explícitos nos recintos) e esses geralmente são consumados nos hotéis da vizinhança.

As prostitutas que freqüentam Help são quase todas independentes e representam uma mistura entre mulheres que o utilizam após do trabalho sexual em



diversos pontos da cidade e mulheres que só se prostituem ocasionalmente e que negociam programas na disco como uma maneira de reforçar suas rendas advindo de outros tipos de trabalho.

Help oferece controle excepcional para a mulher sobre o trabalho sexual, pois não exige dedicação exclusiva e, de fato, não administra de maneira alguma o negócio do sexo. O lugar é simplesmente um ponto seguro e higiênico onde prostitutas e clientes podem se encontrar e negociar os serviços sexuais. As mulheres estão livres para estipular quais termos e preços que querem e podem decidir em não fazer programa algum, se é isto o que quer. No final de 2008, o programa médio no Help custava 250 reais por noite e, dado o preço de entrada de 28 reais para o disco e de nada para o bar/restaurante na calçada, isto quer dizer que a taxa de exploração calcada em cima do programa varia de 0 a 11%. Entre 200 e 1000 prostitutas passam pelas portas da discoteca ou pelas mesas do bar/restaurante todos os dias, com a alta frequência sendo coincidente com a alta temporada de turismo (i.e. entre dezembro e março). Praticamente todos os clientes que freqüentam Help são estrangeiros de passagem pelo Rio e o lugar pode ser qualificado como o *point* mais movimentado do turismo sexual<sup>23</sup> na cidade.

Dada a baixa taxa de exploração presente no ponto e o preço relativamente alto dos programas, é de se perguntar por que mais mulheres não o utilizam como local de encontro com cliente. Em primeiro lugar, é provável que quase todas as prostitutas do Rio de Janeiro têm passado por Help em algum momento, então podemos confirmar que ele é uma opção bastante utilizada pelas trabalhadoras sexuais cariocas. Todavia, muitas mulheres dizem não gostar do ponto por uma série de razões.

Em primeiro lugar, a maioria dos programas é negociada dentro do disco e a prostituta paga a entrada como qualquer cliente da boate. Quando este fato é combinado com o de que sempre têm mais mulheres dentro do disco do que homens, significa que existe uma chance boa da prostituta gastar dinheiro e não conseguir trabalho em troca. Em segundo lugar, o programa no Help sofre alguns dos mesmos problemas do programa de bar ou rua, pois a prostituta terá que ir sozinha com o cliente para o local onde engajarão em relações sexuais e terá que

---

<sup>23</sup> Veja Blanchette e Da Silva, 2005, para maiores descrições da articulação de Help com o turismo sexual.

cobrar ele depois. Isto significa que ela será mais vulnerável ao roubo, fraude ou violência por parte do cliente. Finalmente, sendo estrangeira a grande maioria dos clientes que freqüentam o Help – poucos dos quais falam português – toda a negociação terá que rolar em língua estrangeira ou num português remediado.

### ***Categorizações morais da prostituição***

Existem duas categorizações morais da prostituição, afirmadas por nossos informantes, e que parecem ecoar as divisões tradicionais de *alto* e *baixo meretrício*, com certas divergências. Essas são a *prostituição de elite* e a *trash*. É mister salientar aqui, porém, que a grande maioria dos pontos de prostituição do Rio de Janeiro não podem ser classificados por nenhum desses adjetivos.

#### *Elite ou de luxo*

Ouve-se muito sobre essa categoria de prostituição, mas pouco se sabe a respeito. A prostituição de elite é extremamente fechada e, nela, os clientes pagam preços extraordinários para serviços sexuais providenciados por mulheres consideradas como excepcionais (i.e. atrizes, ganhadoras de concursos de beleza e celebridades em geral).

Em nossa pesquisa, não encontramos um só ponto que poderíamos qualificar como prostituição de elite. Sabemos dele só através dos noticiários naqueles momentos em que um ou outro escândalo irrompe. Essa parece ser o tipo de prostituição em que se envolvia Taíza Thompsen, ex-Miss Brasil. Antes de sua migração para a Inglaterra (onde aparentemente continuou no ramo da prostituição) Taíza trabalhava em São Paulo com Jiselda Aparecida de Oliveira, a “Jiji”, rotulada pela mídia, após sua prisão, como a maior cafetina do país:

Na agenda de Jiji, apreendida pela polícia, constam os nomes de misses, atrizes, top models, grandes empresários e diversos políticos, inclusive governadores. A depender do programa e da moça escolhida, os preços podiam chegar a R\$ 70 mil. Jiji também atendia clientes no Exterior. A diária de uma brasileira custava pelo menos US\$ 1,5 mil. (Rodrigues e Rabelo, 2007)

Informações maiores sobre essa categorização de prostituição – que é tipicamente (mas não exclusivamente) baseada em serviços de *call girl* – esperam maiores investigações.

### *Trash*

*Trash* pode ser considerado como o oposto de *elite*, mas a prostituição que recebe essa classificação não é apenas pobre ou de baixo calão: é, sobretudo, uma prostituição que vende sexo barato e rápido em condições extremamente insalubres. Como afirma um cliente, no site GPGuia, locais *trash* podem ser descritas da seguinte maneira:

[São] lugares com cama de solteiro, sem ar condicionado ou com preço bem baixo, até 30 reais, no máximo. E, talvez o mais importante, não são lugares para fudas, são lugares para "rapidinhas".

No Rio de Janeiro, a Vila Mimosa têm uma reputação *trash* que, a nosso ver, é injusta, pois de fato existe uma gama de condições e serviços exposta na Vila. Um dos piores lugares *trash* por nós investigado é, com certeza, o (in)famoso *Buraco Bueno*, que acabou sendo quase uma referência da categoria para nós e para muitos clientes. Nas palavras de outro informante do GPGuia...

Buraco Bueno consegue ser 1.000 vezes pior que a Vila Mimosa. Puta que pariu! Um calor desgraçado, homem pra caralho, uma porrada de lata de cerveja no chão (coberto de carpete negro) e as baratas alcoólatras consumindo o resto da Skol. Além disso, tudo tem a famosa frase “A buceta é dez e o cú é vinte. Ô mermão, ou consome uma Skolzinha ou consome uma bucinha. Se não for consumir, rala!!!!” .

Sem contar que se você superar tudo isso, estiver muito doidão e garimpar algo, a “prima” entra na cabine já com vontade de sair. Essa é foda.

### ***Categorizações de modalidades especiais de prostituição***

Finalmente, existem três modalidades especiais de prostituição – a modalidade “normal” sendo subentendida como o pagamento para serviços sexuais que variam de 30 minutos a duas horas de duração ou até o cliente alcançar o orgasmo. Essas três modalidades são a *girlfriend experience* (“experiência de namorada”), *toda a noite* e *fast foda*

### *Girlfriend Experience*

Na *girlfriend experience* (ou GFE<sup>24</sup>), o cliente paga a mulher a lhe acompanhar exclusivamente por um período extenso que pode variar ente um fim de semana até um mês ou mais. Mulheres que fazem GFE podem ser encontradas em todos os pontos de prostituição do Rio e este tipo de serviço é bastante requerido por clientes estrangeiros. Os preços cobrados pela GFE variam enormemente, mas geralmente são baseados nos prováveis lucros da mulher durante semelhante período de trabalho. A GFE é mal vista por pontos de prostituição que exigem a dedicação exclusiva de suas trabalhadoras sexuais (como, por exemplo, as termas) e por essa razão, tais lugares geralmente cobram uma multa da prostituta para cada dia que ela falta no serviço no local. Portanto, o preço da GFE com uma prostituta que trabalho em ambiente de dedicação exclusiva minimamente tem que cobrir o preço das multas por ausência que ela vai receber.

### *Toda a noite*

Outra modalidade muito apreciada por clientes estrangeiros é a programa que dura a noite inteira. Novamente, as mulheres que praticam essa modalidade podem ser encontradas em todos os pontos da cidade. Tipicamente, o programa começa após as 22:00 horas e vai até a manhã seguinte, com vários serviços sexuais sendo praticados por preço único durante esse período. Essa modalidade tipicamente custa o dobro do preço normal do programa de uma ou duas horas de duração.

### *Fast foda*

Em todo o Rio de Janeiro durante o período estudado, o preço de um programa flutuava entre uma a três reais por minuto por um programa que dura entre 30 minutos e duas horas. Todavia, existe uma modalidade em que o preço é quase sempre um real por minuto ou menos e que o programa dura menos que 20

---

<sup>24</sup> Entre nossos informantes estrangeiros existe uma segunda acepção de GFE, sendo o termo usado para indicar o sexo comercial que se assemelha com o sexo não comercial (i.e. que inclui beijos na boca e orgasmos por parte da parceira feminina).

minutos: o chamado *fast sex* ou *fast foda*. Os pontos que especializam nessa modalidade encontram-se espalhadas pela cidade, mas concentram-se no centro e na Vila Mimosa. Também são tipicamente considerados como pontos *trash* pelos clientes.

É tentador considerar o *fast foda* – e particularmente a *fast foda trash* numa *casa* do Centro – como o equivalente do *baixo meretrício* tradicional. Todavia, existe uma série de problemas com essa equação. Em primeiro lugar, a *fast foda* pode ser extremamente lucrativa. Uma informante nossa, que trabalha na casa *Buraco Bueno* no centro, reportou fazer seis programas por hora, por uma média de 15 reais por programa – ou seja, ela ganhou com sua labuta tanto quanto uma mulher trabalhadora nas termas de segunda categoria da Zona Sul. Essa mesma mulher reporta um ganho mensal líquido de mais de mil reais, que a situa numa categoria econômica superior a muitas *call girls*. Em segundo lugar, nem todos os lugares que especializam na modalidade *fast foda* são *trash*. Muitos são tão higiênicos e seguros quanto a maioria das boates e termas. Finalmente, embora a modalidade *fast foda* exige muito mais parceiros que outras modalidades de prostituição, ela exige muito menos envolvimento social e/ou emocional entre a prostituta e o cliente e muitas mulheres a prefira exatamente por isto. Nas palavras de uma de nossas informantes, “Prefiro trabalhar assim, pois só tenho que transar – não é preciso falar com o cliente”.

### **Conclusões**

Obviamente, o trabalho de análise etnográfica da prostituição urbana no Brasil se encontra em sua infância. Muitas das informações apresentadas acima, por tanto, terão de ser modificadas com a introdução de novos dados. Todavia, achamos que o presente artigo é suficiente, pelo menos, para desnaturalizar alguns dos preconceitos mais comumente enunciados sobre o negócio do sexo em nosso país. Gostaríamos, então, de fechar com a descrição das condições de trabalho de uma das nossas informantes, *Lilia*. Obviamente, com a grande variedade de serviços sexuais oferecidos no Brasil e a diversidade de agentes e personalidades que atuam dentro desse setor da economia, não podemos afirmar que a experiência da *Lilia* seja de alguma forma ou outra a média. No entanto, achamos que ela é mais normativa, no sentido durkheimiano do termo, do que os casos trágicos de

crianças exploradas e mulheres escravizadas que atualmente rondam as páginas e telas da mídia de massa no Brasil.

Lilia é uma mulher de 26 anos e trabalha há três no negócio do sexo. Ela é funcionária de um privé num prédio de negócios na Av. Rio Branco, onde atua com mais cinco mulheres. Lilia é residente do subúrbio de Campo Grande e ainda mora com seus pais, que pensam que ela é secretária no centro do Rio. Ela foi recrutada para o trabalho sexual através de uma amiga, a gerente do privé, que já trabalhava como prostituta. No privé onde trabalha, ela cobra 50 reais por meia hora de sexo oral e vaginal, por cliente. Lilia opta por não fazer sexo anal, mas se quisesse, poderia cobrar 20 reais a mais pela inclusão do serviço.

Nossa informante paga 1000 reais por mês para sua amiga, a gerente do privé, mas faz, em média, três programas por dia. Ela só trabalha de segunda a quarta, porém, pois está estudando num curso de turismo numa universidade particular nas quintas e nas sextas. Seu trabalho no privé, portanto, rende para a Lilia uns 800 reais por mês.

Nos fins de semana e nos feriados, quando não está estudando, a moça costuma freqüentar a discoteca Help e algumas praias em Copacabana. Ela procura clientes estrangeiros na disco e geralmente cobra 250 reais por noite quando consegue algum (que é mais ou menos 50% do tempo). Ela evita a famosa Praia das Putas e tende a procurar namoros nas praias em frente de alguns dos hotéis mais famosos do Rio – a Cobacabana Palace, particularmente. Desses, ela geralmente não cobra para o sexo, mas alguns deles, mesmo assim, têm pagado para a *Girlfriend Experience*. Uma vez, durante as férias de verão, Lilia recebeu mil reais como “presente” por ter acompanhado um turista inglês por cinco dias.

Lilia pretende sair da prostituição num futuro próximo, ou através do casamento com um de seus namorados (de preferência um estrangeiro) ou após de sua formatura e subsequente emprego como profissional de turismo. Ela já é medianamente fluente em inglês e italiano, graças às suas atividades no ramo do sexo comercializado.

Se a vida de Lilia é boa ou não é algo que só ela pode afirmar. No entanto, ela é enfática que, se não fosse a prostituição, ela não teria tido chance de pagar por sua educação universitária, nem ter comprado um carro. A irmã de Lilia é

casada e trabalha por pouco mais que um salário mínimo como balconista numa loja de peças automobilísticas em Campo Grande e Lília a qualifica como um grande exemplo do que uma jovem não quer nada na vida. “A minha irmã sempre quis se comportar,” ela adverte, “mas eu quero mais na minha vida.”

## Bibliografia

- BLANCHETTE, T. e DASILVA, A.P. 2008. “Mulheres Vulneráveis e Meninas Más”. 4º lugar, 1º Prêmio Libertas. Brasília, Ministério da Justiça.
- \_\_\_\_\_. 2005. “‘Nossa Senhora da Help’: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana”. IN: Cadernos Pagu #25. Campinas: UNICAMP.
- BECKER, H. e STRAUSS, A. 1956. “Careers, Personality and Adult Socialization”. EM: *The Journal of American Sociology*, V.62, #3.
- BUTLER, J. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CAULFIELD, S. 2000. *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora UNICAMP.
- CEDAW. 2003. *Brazilian Report Presented at the 29th CEDAW Session*.
- CEPIA. 2007. *Violence Against Women in the International Context: Challenges and Responses*. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação.
- CRESSY, P.G. 2008 [1932]. *The Táxi Dance Hall*. Chicago: University of Chicago Press.
- DANTAS, P.H. 2002. “Sexo sem beijo: alguns aspectos sobre a baixa prostituição no Rio de Janeiro.” *Jornal Astro-Sintese*. <http://www.aldeiaplanetaria.com.br/astro-sintese/antropo1.htm>.
- DURKHEIM, E. 1978. “As Regras do Método Sociológico”. IN: Giannotti, José (Org.) *Os Pensadores: Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural.
- ENGELS, F. 1982 [1884]. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. RJ: Civilização Brasileira.



- \_\_\_\_\_. 1986. "Karl Marx". EM: *Karl Marx and Frederick Engels: Selected Works*. NYC: International Publishers.
- FLYNN, J. PE. 2008. "Prostituição é somente um emprego? - Tentativas de legitimá-la". EM: *Pastoralis, Sociedade Católica*.  
<http://www.pastoralis.com.br/pastoralis/html/modules/smartsection/item.php?itemid=6>
- GASPAR, M.D. 1984. *Garotas de Programa. Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- HALL, O. 1948. "The Stages of a Medical Career". EM: *The Journal of American Sociology*, V.53, #5.
- IBGE. 2000. *Censo 2000*. <http://www.ibge.gov.br>
- \_\_\_\_\_. 2001. *Mapa do Mercado do Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/PNAD. 2004. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, 2004*. Brasília: IBGE.
- LEITE, J.L. 1993. *A República do Mangue: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro, 1954-1974*. Dissertação de mestrado em história. UFF, Rio de Janeiro.
- MAUSS, M. 1990 [1924]. *The Gift*. NYC: W.W. Norton.
- MEADE, T. 1991. "Cultural Imperialism in Old Republic Rio de Janeiro: the Urban Renewal and Public Health Project," IN: Meade e Walker, eds. *Science, Medicine and Cultural Imperialism*, p.95-119. New York & London: St. Martin's and Macmillan Press.
- MELO, H. 2005. *Gênero e pobreza no Brasil*. Brasília. CEPAL/SPM.
- MTE/RAIS. 2000. *Relação Anual de Informações Sociais, 2000*. Brasília: Ministério do Trabalho.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Relação Anual de Informações Sociais, 2001*. Brasília: Ministério do Trabalho.

- NOVELLINO, M.S.F. 2002. “Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999)”. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- O’CONNELL DAVIDSON, J. 2002. “The Rights and Wrongs of Prostitution.” EM: *Hypatia*, v. 17, #2.
- OLIVEIRA, A.M.H.C., GUIMARÃES, R.R.M. 2009. “Trends in the relative distribution of wages by gender and cohorts in Brazil (1981-2005)”. Population Association of America (PAA), 2009 Annual Meeting, Detroit, MI, 30/04 a 02/05 de 2009.
- PARK, R. E. and BURGESS, E.W. 1984 [1925]. *The City: suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. Chicago: University of Chicago Press.
- PASINI, Elisiane. 2005. “Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa”. *Cad. Pagu*, Dez 2005, no.25, p.185-216.
- PISCITELLI, A. G. . 2004. “On Gringos and Natives, gender and sexuality in the context of international sex tourism”. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, , v. 1, ano 1. Florianópolis.
- RAGO, M. 2008. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra.
- RABELO, C. e RODRIGUES, A. 2007. “Beleza, sexo e dinheiro: a drama do Miss Brasil”. IN: *Istoé*. São Paulo: Editora Abril. 10/02/2007.
- SCHETTINI, C. 2006. *Que Tenhas Teu Corpo: Uma História Social da Prostituição no Rio de Janeiro das Primeiras Décadas Republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. 2003. “O Cruel Negócio da Prostituição”. *Folhafeminista*, #43. São Paulo: SOF.
- UNDP. 1996. *Human Development Report*. ONU.

- VAINFAS, M. E. 1985. *Meretrizes e Doutores: O Saber Médico e a Prostituição na Cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*.  
Dissertação de mestrado em história. UFF, Rio de Janeiro.
- VELHO, G. 1994. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- WEBER, M. 1964 [1913]. "The Definitions of Sociology and of Social Action." *The Theory of Social and Economic Organization*. NYC: The Free Press.

***Sites levantados:***

- GPGuia <http://www.gpguia.net>
- SD Fórum <http://www.forumsd.com.br>
- International Sex Guide <http://www.internationalsexguide.info/forum>
- World Sex Guide <http://www.worldsexguide.com/forum>
- World Sex Archives <http://www.worldsexarchives.com>

***Guias virtuais levantados:***

- Bwana Dik's Rio Guide  
2009 <http://wiki.insearchofchicas.org/images/5/59/Bwana2009.pdf>
- The Bubba Report for Rio de Janeiro

# Pontos de Prostituição no Rio de Janeiro

Pontos Virtuais (x54)

